

**- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -**

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sitas na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezassete horas e quarenta e minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sara Isabel Lopes Heitor, Sara Isabel da Conceição Ferreira, Rui Miguel Santos Braga, Sofia Amaro Martins, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes, Pedro Miguel da Cunha Estrela, Cristiano Alfredo de Almeida Castanheira e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

Os senhores vereadores, **João António da Silva Pintassilgo, Rui Pedro Gaspar Lopo e Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos senhores vereadores **Sara Isabel Lopes Heitor, Pedro Miguel da Cunha Estrela e Cristiano Alfredo de Almeida Castanheira**.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como **"Anexo A"**.

**- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -**

Nos termos do disposto no art. 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da autarquia.

**O Sr. Presidente** No uso da sua palavra inicia a reunião a cumprimentar todas as pessoas que assistem. Ao nível do COVID aqui no Barreiro, nesta primeira fase do desconfinamento verificou-se uma descida acentuada que estava a dar-se com o confinamento parou o que era expectável com mais gente na rua, mais contactos, mas é normal que haja também uma maior transmissibilidade o que é facto, é que a nível de números de casos ativos no Barreiro com tinha dito na última sessão no pico do isolamento estávamos com 182 casos ativos e agora com esta primeira fase de desconfinamento passamos para os 196, 197 casos ativos e mantivemos aí, ou seja, subiu para aquele valor que penso que, na última reunião de câmara constava deste patamar, mas não subimos, temos mantido neste patamar, obviamente agora com o início desta segunda fase de desconfinamento, diria que é um pouco também na mesma lógica de haver mais gente mais gente nas escolas, se bem que se tem acompanhado, também bastante, o regressar às escolas e diria que para a próxima reunião de câmara já conseguimos perceber o impacto que teve esta segunda fase de desconfinamento também ao nível do concelho. Na primeira fase a queda travou mas não subimos para além daquilo que era expectável com mais gente na rua e com uma maior como reabertura da atividade de toda a espécie desde a atividade económica à atividade escolar. Ao nível da vacinação, nós temos números aproximados, são os números que a ACES me deu pelo telefone, não são números fixos, mas já temos cerca de 15.000 pessoas com a primeira dose de vacinação aqui

no concelho. Temos uma faixa destas pessoas que entraram na primeira fase de vacinação com já com a segunda dose tomada, com a primeira dose cerca de 15 000 pessoas. Ao nível de profissionais de Educação, auxiliares e professores, neste fim de semana foram vacinados cerca de 1400 elementos, foi exemplo daquilo que se passou também em todo o país. Ao nível de casos em escolas, foram detetados coisas residuais onde grande parte das escolas estão a funcionar com bolhas como já aconteceu anteriormente com acompanhamento, obviamente, da saúde pública, por isso é que também não terá traduzido para o acréscimo de casos, não se verificou com abertura das escolas um aumento o aumento de casos. Temos feito a testagem aleatória em vários pontos do concelho aos fins de semana com a colaboração da Cruz Vermelha e devo dizer que da informação que tenho que tem sido todos negativos, se detetámos algum positivo, diria que foi a exceção. Ao nível do município já fizemos 350 testes também com o apoio da Cruz Vermelha e detetamos um caso de um falso positivo. Posto isto Srs. vereadores e sobre esta temática passava-vos a palavra.

**O vereador Paulo André** no uso da palavra cumprimenta todos os presentes e a quem segue pela Internet. Para além de secundar este apelo do Presidente que temos feito aqui semana após semana, na esperança e expectativa de podermos sensibilizar quem nos assiste para a necessidade de manter os cuidados e as regras básicas às quais já nos devíamos ter habituado ao longo deste ano que passou, regras do distanciamento, de um uso responsável de máscara e de higienização das mãos.

Hoje queria abordar um ponto que tem que ver com a vacinação que como se sabe é fundamental. Tivemos aqui algumas informações que não vão muito longe daquelas que temos tido a nível nacional. Ainda ontem se falou em cerca de 700.000 pessoas vacinadas e se juntarmos a esses cerca de 900.000 casos, temos em junho cerca de 1 milhão e 600 mil pessoas de alguma forma imunizadas, o que ao fim de 4 meses de vacinação nos deixa um pouco preocupados relativamente ao ritmo da vacinação. No Barreiro, temos 20%, cerca de 15.000 pessoas vacinadas (foi o que foi dito) e particularmente na comunidade educativa foi dada a informação que cerca de 1400 pessoas foram vacinadas. A informação que temos é que ficaram muitas pessoas por vacinar e isto é tanto mais preocupante quando não temos noção do que esteja programado para um novo período de vacinação dirigido aos elementos da comunidade educativa, e se é assim, gostaria que tivéssemos alguma informação se de facto está previsto que ainda haja um período dirigido a essas pessoas que não foram abrangidas pela vacinação desta vez, nomeadamente aquelas pessoas, aqueles profissionais que do primeiro ciclo do ensino básico, com os quais nós temos uma particular responsabilidade, uma particular ligação, não quer dizer que não nos preocupa todos os outros, mas estes preocupa-nos de uma forma particularmente mais próxima. Gostávamos de saber se estão previstos, se se confirma que de facto, falta vacinar pessoas e não digo uma ou duas mas um número significativo de profissionais, e se assim é, se está previsto outro período para vacinar essas pessoas que não foram vacinadas ou se vão ter que esperar para ser vacinados juntamente com todas as outras pessoas ou com outros critérios e se se assim for, desta forma menos positiva na nossa perspetiva, se podemos, se a Câmara Municipal do Barreiro pode desencadear algumas iniciativas no sentido de preencher esta lacuna que segundo nos foi informado ficou deste processo de vacinação dos profissionais de educação.

**O Sr. Presidente** no uso da palavra informa que, entretanto, recebeu uma correção de que não foram 1400, foram 1500 os profissionais de Educação, professores e auxiliares que foram vacinados. Concretamente em relação a isto, não sei se foi um número significativo, porque não tenho essa informação, mas obviamente, o Sr. vereador ao fazer este alerta, temos que ir verificar, não faz sentido que algum profissional fique de fora deste período vacinação, como é óbvio, porque sobre se o enquadramento é um enquadramento profissional, tem que abranger todos os profissionais e não pode outro tipo de critérios que não foi o critério usado mas de qualquer das formas não lhe consigo dizer o número, mas vou pedir essa informação, nomeadamente ao ACES que está a fazer a coordenação para perceber se de deste universo de 1500, quem é que ficou de fora, quais foram as razões e quando é espectável poder fazer-se a vacinação e dizer também uma coisa muito simples mas importante, aumentou-se muito desde que se começou a segunda leva de vacinação a capacidade de vacinação do nosso Centro de Vacinação e deixo também uma palavra para todos os profissionais que têm lá estado, do ACES, da própria autarquia, porque tem sido pessoalmente nestes dias que já se vacinou com uma média diária de quase 750 pessoas tivemos dias a vacinar quase 1000 pessoas e que é um trabalho muito exigente e diria que com grande espírito de missão, isso qualquer pessoa que passe por lá e que veja percebe por parte dos profissionais esse espírito de missão e a alta rotatividade que tem mesmo que ser pois não há outra forma de o fazer que não seja assim. Vou ver essa informação Sr. vereador para vos poder transmitir .

**A vereadora Sofia Martins** no uso da palavra cumprimenta todos os presentes e os que assistem à reunião. A questão que coloco é a matéria relativa às despesas Covid. Eu volto a este assunto, embora o senhor Presidente tenha feito um esforço para nos prestar informação relativamente àquilo que era o documento que foi fornecido, que foi extraído da DGAL e que no fundo compilava uma série de informação que o município forneceu para o constituir. Embora da análise dos dados que o Sr. Presidente nos forneceu, parece-me ser um assunto mais para a Assembleia Municipal, até porque compete mais à Assembleia Municipal a fiscalização do trabalho da autarquia do que propriamente aqui da Câmara, mas no entanto, queria deixar uma nota, porque é que trago o assunto novamente. Por um lado, porque este assunto nasceu um bocadinho da resposta a uma proposta que foi feita por nós, para que pudéssemos ir mais longe nas medidas de apoio às empresas e às famílias e nesse dia. o Sr. Presidente e Sr. vereador Rui Braga afirmaram na Assembleia Municipal e aqui na própria Câmara respeitante a este assunto, que havia já um gasto ou um elencar de despesas no valor de 2 milhões e por essa razão não era possível ir mais longe. Eu já tinha dito na última reunião, daquilo que aparecia da apreciação do quadro ainda antes mesmo de chegar informação mais detalhada, que era para mim um pouco incorreto afirmarmos que gastámos 2 milhões. Por aquele mapa gastamos 2 milhões com o Covid ou no combate ao Covid, tendo em conta que só 1 milhão são de recursos humanos de efetivos da Câmara e não contratados extra, e nestas despesas estão o elencar de tudo o que podemos imaginar de despesas fixas com estes recursos humanos, desde as ajudas de custo, os salários dos Vereadores, desde as matérias relativas a subsídios de turno, todas estas matérias são matérias que, independentemente de haver ou não uma pandemia, são valores que seriam gastos, que a Câmara teria obrigatoriamente que o fazer até porque, pelo contrário, provei aqui na semana passada, que os valores gastos em recursos

humanos até foram mais baixos que aquilo que era previsto, tendo em conta que houve uma série de horas extraordinárias que não foram executadas, e, embora o mapa vá muito para além de setembro de 2020, eu estou-me a cingir exclusivamente a setembro de 2020 que foi aquilo que o Sr. Presidente nos disse, embora a informação que veio, veio muito para além de Setembro de 2020. Eu considero que não é correto afirmar que gastámos 2 milhões em Covid, pelo menos este valor de recursos humanos que tem que ser claramente abatido na nossa discussão. Com isto não estou a dizer que não faça parte da informação prestada à DGAL, e que o valor de despesas com o Covid não deva ser informado, e que a Câmara tenha a aspiração de ver ressarcida dos fundos que alocou ao combate ao Covid, mas certamente que não alocou a 100%, alocou uma percentagem, alocou numa hipótese de calcular de certa forma uma chave de aplicação a estes custos e eu percebo. Uma coisa é aquilo que informamos à DGAL e eu sobre isso não tenho nada a dizer ao Sr. Presidente. Acho que o Sr. Presidente fez o report como que lhe competia, que fez o que achou mais correto. O que acho, é que na nossa discussão, a discussão deste executivo que pretende efetivamente fazer um cálculo fundamentado das despesas, este valor não pode entrar, porque este valor estaria sempre nas contas da Câmara, na contabilidade da Câmara até seria maior com certeza se não tivéssemos em ano de pandemia. Dizer também que no resto das outras matérias, naquilo que seria a contratação de serviços, uma grande generalidade deste valor, se calhar 2/3 deste valor são matérias relativas à proteção dos trabalhadores e do efetivo da Câmara, o que é normal, como em todas as empresas, como em todas as instituições, houve necessidade de comprar para os trabalhadores todas as matérias que pudessem proteger o trabalhador no exercício das suas funções, desde máscaras cirúrgicas, álcool gel, divisórias acrílicas, batas, luvas, tudo aquilo que é necessário e que foi adquirido e é um custo que todas as instituições e empresas por mais pequenina que sejam têm de fazer. Fábricas que hoje se encontram a laborar tiveram um enorme encargo com todas as despesas para proteger os seus trabalhadores e para continuarem a prestar o serviço que prestam, e portanto, considero que são gastos internos que são reportados à DGAL e que todas as instituições que tiverem essa possibilidade, os devem reportar às entidades que podem efetivamente ressarcir esses custos, mas para a nossa contabilidade também não pode contar, pode contar como despesas que a Câmara pôde ter, e que efetivamente no fundo abatem um bocadinho àquilo que é a receita disponível da Câmara para investir noutras matérias, mas não podemos dizer que é uma receita para combate ao Covid, porque aí a gente tem que pôr claramente na balança as medidas que tomámos de combate ao Covid e as não receitas que não entraram na câmara por via dessas medidas e as despesas foram alocadas ao combate ao Covid externamente e aí considero que aquilo que está reportado relativamente ao apoio às IPSS, aos bombeiros, à compra dos ventiladores, essa informação está correta. Essa eu considero que entre na balança, no peso da balança daqui da discussão daquilo que é um valor que a câmara investiu no combate ao Covid e, portanto, esse valor que são, se não me engano, cerca de 300.000 euros, valor que considero que é ajustado e depois na contratação de serviços. Já agora chamo a atenção que no BaseGov, o valor que aparece na contratação para as máscaras sociais é de 149.000 euros e o que aparece no report dado à DGAL são 139.000 euros, posso ter-me enganado na leitura, mas já agora chamo à atenção relativamente a essa matéria. Considero que as máscaras sociais são de facto uma despesa de combate ao Covid, ou agora por graça, a compra do

leitor de MP 4 que foi necessário possivelmente para os carros de som, considero que é efetivamente uma matéria que pode entrar no combate ao Covid. Há uma série de questões que aqui estão, que eu considero que efetivamente podem ser considerados gastos ou despesas que a Câmara fez no combate à Covid, mas para a nossa discussão, tudo o resto, muito honestamente Sr. Presidente, acho que não é correto, e isso desvia a nossa capacidade de poder fazer propostas que fossem ajustadas às necessidades. A população conhecendo efetivamente aquilo que são os gastos, porque fomos induzidos de certa forma todos nós numa perceção de que haveria um investimento de 2 milhões no combate à Covid e, no fundo não estamos a falar de mais de meio milhão, e portanto, esta é uma matéria que eu chamo a atenção e acho que ainda estamos a tempo, porque a crise económica que está instalada e que vai certamente aumentar obriga-nos a que esta discussão seja feita e acho que ainda estamos a tempo de refazer as nossas contas e conversarmos seriamente de quais são as propostas, quais serão as medidas que serão para nós mais ajustadas implementarmos no combate à Covid na população. Em jeito de nota de rodapé, deixe-me pôr-lhe duas questões relativamente ao que elencou. Uma tem a ver com um valor que está referido sobre nadadores salvadores, que muito honestamente não compreendo a despesa e, peço-lhe que me possa informar de que despesa se trata visto que esta despesa até já está contratada por assim dizer depois do período do report, estamos a falar de outubro de 2020. E depois, mais duas ou três despesas que são de alguma monta que são despesas relativamente ao aluguer de viaturas de recolha de resíduos, aluguer de limpeza de contentores, alguns valores que estão referidos nestas áreas e que eu não considero que possam ser considerados. Nem numa medida interna de proteção dos trabalhadores, nem numa medida efetiva externa de proteção da população, portanto, gostava só que pudesse esclarecer essas duas questões, quanto ao resto, eu penso até que que a recomendação que foi aprovada aqui em tempos por maioria, nos permite que voltemos à discussão, tendo as contas hoje feitas nós percebemos claramente que ainda há espaço para poder efetivamente propor novas medidas, a menos que haja um balanço mais efetivo e que nos permita fazer outro tipo de interpretações.

**A vereadora Sara Ferreira** no uso da sua palavra cumprimenta todos os presentes e indica que vem responder às questões do vereador Paulo André, mas diz não conseguir não comentar a intervenção da vereadora Sofia Martins. Eu acho que tentar desvirtuar tudo aquilo que foi feito por parte da autarquia no combate ao covid não é correto, não é sério, não é honesto, porque aquilo que nós fizemos desde o primeiro momento foi tentar chegar junto da população e tentar resolver efetivamente minimizar os efeitos nefastos desta pandemia quer ao nível de saúde, quer ao nível do apoio social, das fragilidades sociais e económicas que todos temos sentido, obviamente que há recursos no município que tiveram que ser alocados para essa funcionalidade, ou seja quando me fala nos salários dos funcionários ou não percebe como é que não se consegue entender que os funcionários, e obviamente que isso é uma medida de apoio e combate ao covid, não consigo entender como é que isso não será perceptível e nós estamos e sempre estamos disponíveis para resolver e para trabalhar em conjunto no sentido de resolver as necessidades da população e é isso que nós temos feito. Nós apoiamos as IPSS com um valor significativo, nós apoiámos o movimento associativo em 2 anos consecutivos, nós apoiamos os agentes culturais, apoiámos as pessoas em maior situação de fragilidade, nós apoiamos as pessoas com a

isenção das rendas das casas de habitação social, os comerciantes com isenção de todo o espaço público está em vigor até à data de hoje, qualquer café, qualquer restaurante, desde que a sua zona envolvente assim o permita para ter uma esplanada e isso está isento ao abrigo do programa de isenção foi aqui votado por todos nós, portanto, os Barreirenses neste momento, tem a diferença do que é um apoio em termos de crise, em termos de crise económico-financeira. Com este executivo sabem efetivamente que nós não os deixamos cair e que nós cá estamos para ajudar e para apoiar e que não deixamos os Barreirenses numa situação de fragilidade dentro das nossas limitações. Obviamente que gostávamos de ter mais dinheiro, infelizmente não temos, mas que dentro do dinheiro disponível que nós estamos certamente que será canalizado para o apoio às populações e essa é a nossa missão. Relativamente à vacinação dos professores e da comunidade educativa prevê-se que no próximo fim de semana poderá haver uma segunda ou uma terceira fase desta vez para as pessoas que não foram de vacinadas por diversos motivos na primeira, um dos motivos, por exemplo é as pessoas que já tiveram covid e há um período inoculação em que não deixavam que a pessoa fosse de vacinada, mas essa situação é uma das que está elencadas, portanto os diretores de agrupamento tem até ao dia de hoje para informar a DGEST das pessoas que efetivamente não foram vacinadas nestas fases que nos antecederam e certamente que serão no próximo fim de semana, porque obviamente que terão que ser todos inoculados.

**O vereador Rui Braga** no uso da sua palavra cumprimentar todos os vereadores e aqueles que seguem em casa. A vereadora Sara já disse tudo, só queria vir aqui dar nota de que esta esta intervenção da vereadora Sofia Martins tem aqui algumas coisas que eu não consigo compreender e desde logo dos recursos humanos a CDU vem dizer que aquilo que é reportado a DGAL a parte da fatia dos recursos humanos não deve contar, e faz aqui uma conta para tentar fazer uma crítica ao Sr. Presidente da câmara e ao executivo a dizer que aquilo que andaram a dizer que investiram 2 milhões de euros não é verdade, investiram pouco mais de 300 e uma vez que investiram um pouco mais 300, temos a porta aberta para pensar novas formas de apresentar novas propostas para ajudar o Barreiro, mas em relação à última questão dizer-vos de que estamos sempre abertos a receber novas propostas para ajudar a contribuir não só no combate à covid, mas acima de tudo na próxima guerra que nós temos pela frente que é ajudar a recuperação económica de quem cá tem o seu trabalho, de quem cá tem o seu negócio, de todos os barreirenses que daquilo que é o esforço financeiro que a autarquia poderá discutir disponibilizar, teremos todo o gosto em ouvir todas as propostas, olhe aquilo que não considerou, que é combate ao covid, os recursos humanos que estava a falar de que são custos que a câmara já tem nunca deveriam ser contabilizados, começar por aqui: as regras de report á DGAL não foram desenhadas por nós, foram desenhadas a nível nacional por todas as autarquias, para as autarquias poderem reportar e eu acho que não se faz combate ao covid na altura que nós estávamos a combater efetivamente o covid sem recursos humanos, portanto, nós se tivermos uma ideia que precisámos de alocar 20 a 30 pessoas naquilo que foi a atividade diária dos recursos humanos ligados a vereadora Sara Ferreira que iam levar alimentos a casa de munícipes que iam cara a cara tentar perceber até recolha do lixo a porta, todos estes recursos que estiveram no Centro de Controle que foi montado pelo Sr. Presidente da Câmara, com a proteção civil não estiveram a trabalhar noutra noutro assunto que não combate à covid, eu acho

que nem nós nem nenhum outro município poderia combater o covid com o que quer que seja mesmo para meter o MP 4 numa carrinha e andarmos a circular pelo Barreiro para fazer ouvir aquilo que eram as regras que na altura a DGS dizia para nós fazermos passar, pode-se criticar a medida mas são medidas mas não se faz sem recursos humanos, portanto, faz todo o sentido, nós reportarmos e transmitirmos estes números que foram alocados em exclusivo ao combate ao covid, eu acho que em matérias de recursos humanos esse é o nosso entendimento, é por isso também que esta rubrica de recurso humanos foi aberta para ser reportada por todas as autarquias à DGAL e eu considero, ao contrário daquilo que a Sra. Vereadora disse aqui, considero que deve ser contabilizado com investimento combate à covid recursos humanos, por uma razão simples, porque não se faz combate à covid sem recurso humanos, portanto, bem podemos andar a tentar fazer que as melhores medidas se não temos pessoas por executar, não se faz. Por isso eu acho que está bem reportado e todas as horas extraordinárias. Os EPI'S , a vereadora diz assim, foi material de Proteção para o pessoal da Câmara e isto é uma responsabilidade da responsabilidade da autarquia, pois não foi só para o pessoal da Câmara, o investimento que nós fizemos em EPI'S, foi para a nossa PSP, foi para a GNR, para a Santa Casa da Misericórdia foi para o Hospital do Barreiro que fizemos o investimento em material de proteção que o comprámos à data de hoje muito acima do preço, porque na altura vendia-se coisas a preços astronómicos, mas a decisão foi comprar, não mas foi só para pessoal da Câmara, não foi só para o pessoal da recolha do lixo, nós temos aqui um hospital, um hospital distrital, nós demos tudo apoio que foi para além dos ventiladores, o Sr. Presidente da Câmara teve uma atitude que eu considero correta e de louvar, quando se pôs a situação, quando não havia muita informação, quase todos nós estávamos em pânico, a Câmara do Barreiro deu um passo em frente e disse nós vamos e não foi preciso marcar nenhuma reunião, o Presidente assumiu, portanto, quando diz que o material de proteção é uma coisa normal ...não foi só para a autarquia, já para não falar daquilo que a vereadora falou, da cultura, do associativismo e daquilo que foi o trabalho que nós tivemos de combate à covid que adaptando o orçamento que nós tínhamos tentámos tomar as melhores medidas para combater, isentamos aquilo que tivemos que isentar e foi uma medida conjunta de taxas e tarifas daquilo que significa um não encaixe de receita. Não sei se considera a vereadora a adesão, ou a decisão de a adesão ao tarifário social da água que tem um impacto financeiro muito grande de combate à covid ou não, mas dizer-lhe aquilo que foi a base da nossa decisão, claro que sim, claro que esta adesão, a decisão que nós tomámos da onde passámos de 140 pessoas para 7.000 pessoas num esforço significativo para aquilo que é o nosso orçamento, é claro que na decisão o Sr. Presidente da Câmara, teve em conta as dificuldades que estamos a passar, a grande guerra e grande batalha que nós temos pela frente de continuar a implementar medidas para ajudar as pessoas agora numa fase diferente em que todos nós sabemos de retoma e estamos abertos a propostas . Finalizava com os nadadores salvadores, vereadora os nadadores salvadores foi uma medida que nós tomámos para garantir em época de covid de que aquilo que era inevitável que nós não podemos fechar a nossa praia de Alburrica, àquilo que era a expectável a ida de Barreirenses à praia para tentarmos garantir no areal as condições segurança, é claro que isto foi uma medida enquadrada no combate à covid. Se a Sra. vereadora não compreende e acha que os nadadores salvadores foram uma medida panfletária para nós termos temos nadadores salvadores nas

nossas a praia está enganada. A verdadeira razão pela qual nós contratámos um grupo de pessoas credenciadas para estar na nossa praia, não sei se foi a primeira vez ou se foi ideia replicada, pouco interessa, a ideia base é não foi ir buscar pessoas ao mar, foi de garantir segurança no areal, porque na altura que nós tomamos a decisão, havia ainda dúvidas e havia as questões que no areal tinha que haver distância, salvo erro, de 2 a 3 metros entre famílias, entre agregados e nós tomámos a decisão, o Sr. Presidente da Câmara tomou a decisão, que eu acho correta, de pôr olhos, alguma autoridade no areal de algo que nós sabíamos que ia acontecer que as pessoas iam para a praia em época de pandemia para ajudar a controlar a disposição das pessoas no areal, portanto, sim, foi uma medida de combate à covid, porque, se calhar, se tivéssemos a atividade normal, não iríamos contratar nadadores-salvadores como eu não tenho memória de alguma vez termos contratado, foi por causa da pandemia e ser uma experiência a repetir, eu continuo a achar que sim, enquanto não nos vimos livres das máscaras e não nos vimos livres destas razões de segurança se tivermos possibilidade, acho que devemos continuar a contratar nadadores salvadores para ter nas nossas praias para garantir este distanciamento, termos alguma capacidade distribuir EPI'S junto das pessoas e por isso, dizer isto, consideramos que é uma medida que deve ser contabilizada não só no report à DGAL, mas nas nossas conversas aqui na câmara, porque é uma medida que efetivamente que tem a sua origem no combate à pandemia. Não quero dizer com isto que nós estejamos fechados, ou dentro do atual orçamento, nós que possamos fazer algumas adaptações com uma boa ideia vinda da direita ou da esquerda, que nós possamos adaptar, agora no grande desafio que a é retoma, não tenho dúvidas nenhuma que estamos abertos a todas as sugestões e mesmo nós estamos a pensar todos dias. Agora, passou o orçamento que nós tivemos o orçamento aprovado há muito pouco tempo, onde aprovámos aquilo que é as medidas para este ano e nós não debatemos e faço a mea-culpa secalhar que não debatemos medidas de apoio ao covid e era a altura certa para o fazermos. Estamos a chegar agora a esta fase em que a economia vai precisar de todas as ajudas, do governo central e daquilo que são as nossas possibilidades, o dinheiro não estica, nós não podemos agora de repente, encontrar uma folga financeira de 300 ou 400 ou 500.000 euros para acudirmos a medidas que não estão previstas. Faço-lhe esse desafio, se tivermos alguma medida criativa, que seja acomodável dentro do orçamento e que nós a possamos fazer, temos que as discutir. Não podemos é, permita-me aqui a única crítica, quer dizer o executivo disse que foi 2 milhões mas não foram 2 milhões porque um é para os recursos humanos, outro foi para comprar pen's, outro foi para comprar o que quer que seja, afinal foram só mais 300, 300.000 euros, a CDU acha que há possibilidades de apoiarmos a economia de outra forma, qual forma? Qual é o objetivo? Proponham! Nós estamos a ouvir porque aquilo que me pareceu e estou-lhes a dizer isto com toda a honestidade, foi a vontade de colocar este executivo uma posição quase que de contradição de coisas que disse para chegar à conclusão de que afinal podíamos ter feito mais. Pois bem, se a CDU também quer fazer, deixo-lhe esta retórica, apresente propostas e agente analisa.

**O vereador Paulo André** no uso da palavra indica que não era para falar sobre este assunto, mas de facto, não posso deixar de falar, porque me custa um pouco, pois perante uma discordância de análise de uma situação que foi aqui apresentada por nós, de uma forma perfeitamente clara e construtiva, sem pôr ninguém em causa nem chamar nomes a ninguém, essa discordância é imediatamente rotulada de

desonestidade pela vereadora Sara Ferreira. Isto não é desonestidade vereadora, a Sra. vereadora ou não sabe o que é desonestidade, e desculpe lá, eu não posso admitir uma coisa dessas. A vereadora Sofia Martins, foi apelada, a Sra. vereadora disse que o que a Sra. vereadora Sofia Martins disse era desonesto, disse isto *ipsis verbis*. Não é desonesto, você pode é não concordar com o que foi dito, está no seu direito, agora chamar desonesto às pessoas não é legítimo. Aquilo que foi dito e foi separado perfeitamente em 2 aspetos, é evidente que não foi a Câmara Municipal do Barreiro que definiu os critérios de report de despesas à DGAL, e isso foi dito, para quem quis ouvir e para quem quis perceber, está claro o que foi dito. A partir daí, os critérios são definidos pela DGAL ou por quem quer que seja e são reportados dessa forma. Outra coisa diferente, é a análise que nós podemos fazer à situação e estamos no nosso direito de considerar que despesas com vencimentos de pessoal, de funcionários, de profissionais inclusivamente de vereadores que teriam naturalmente o seu vencimento na mesma se não tivesse havido a Covid. Eu não posso considerar, nós não podemos considerar que são despesas tidas por causa da Covid, independentemente das funções que essas pessoas estivessem a desempenhar. O Sr. vereador A ou o Sr. vereador B, (para não estarmos a personalizar) não é uma questão de falta de respeito, independentemente das funções que esteve a desempenhar que até pode ter estado alocado a 100% à Covid, o que me parece difícil, mas pronto eu até tenho que aceitar isso, mas o vencimento do vereador, o vencimento de todos esses profissionais teria que ser pago se não houvesse Covid e nós pusemos a questão. É evidente que qualquer pessoa sabendo quais são as funções dos nadadores salvadores e num documento de despesas com a Covid vê lá nadadores salvadores pergunta porque está lá na listagem e foi o que nós fizemos. Bem, em parte percebi, foi explicada em parte, penso que não posso concordar totalmente porque os nadadores-salvadores não estiveram lá só a manter o distanciamento entre as pessoas, mas essa explicação é minimamente compreensível, nós levantámos o problema para ouvir uma explicação e isto não é desonestidade. Portanto, eu apelo, quer dizer que pode haver discordâncias, pode haver maneiras diferentes de ver os problemas sem que nos primeiros 30 segundos se denigra de imediato o carácter das pessoas, não é necessário, nem é necessário chamar desonesta às pessoas. O que é isso de chamar desonesta a uma pessoa? É uma coisa normal? Acontece todos os dias a toda a hora? Não, não é normal. Se não foi com essa intenção, peço que isso seja esclarecido e que se retratem as pessoas perante esta situação.

**O Sr. Presidente** no uso da palavra diz que gostaria que cada vez que a CDU em reunião de câmara fala das negociatas e afins que se retratasse. Se calhar, tínhamos o dobro do tempo de reunião de câmara, mas também gostava muito que fizesse, também gostava muito que os vereadores da CDU quando falam não são sempre um coletivo? Depois se têm decisões internas é convosco, mas das vezes que falam aqui das negociatas e nisso também gostava muito que se retratassem, pois não ouvi nenhuma vez, continuo é a ouvir as negociatas e essas coisas todas, mas retrato de retrato, zero!

**A vereadora Sara Ferreira** no uso da sua palavra responde ao Sr. vereador Paulo André: Sr. vereador, o que eu disse foi que tentar minorizar a atividade da Câmara ao covid, àquilo que foi a intervenção da vereadora que tinha sido uma desonestidade, eu nunca me referi ao carácter da vereadora Sofia e senti ofendida peço-lhe desde já desculpa, porque sabe que eu não a acho desonesta e nunca a considere desonesta, não foi essa a minha intenção, eu referia-me a ao facto de a vereadora estar a tentar

menorizar a atividade do município no apoio a covid, nunca à sua idoneidade pessoal enquanto pessoa, enquanto eleita e enquanto profissional e acho que a vereadora Sofia e qualquer uma dessas pessoas reconhece que eu não a tenho como desonesta e, desde já lhe peço desculpa.

**O Sr. Presidente** no uso da sua palavra agradece a intervenção da vereadora Sara e presta duas notas que considera fundamentais. Primeiro eu acho que passado um ano e um mês que é sensivelmente isto passou das que ativámos o plano municipal é fácil, tentar descontextualizar e um pouco branquear aquilo que foi a realidade da altura. Eu lembro-me perfeitamente da dificuldade, e estou a dizer isto porque está aqui o vereador Bruno Vitorino que me ajudou nessa altura, de encontrar um sistema de som para os nossos carros e o vereador Bruno Vitorino com o contacto que teve podemos até adquirir, salvo erro, porque o que estava em cima da mesa era alugar e pelo preço que era mais valia adquirir e ficamos com esse sistema que era fundamental. Eu lembro-me perfeitamente dos os EPI'S que a vereadora Sofia Martins disse que era para consumo interno daquilo que fizemos para toda a gente a todas as entidades e daquilo que foi chave muitas vezes, nós fomos salvo erro, dos primeiros municípios do país a ativar o plano municipal. Salvo erro, o primeiro município do país foi Setúbal que acionou numa quinta-feira, dia 12 de março, e nós a acionámos sexta-feira 13 de março e poder chegar aos EPI'S e comprá-los e distribuí-los de forma massiva, foi fundamental, por isso não foi para consumo interno. O que já foi aqui falado nesta reunião de câmara, penso por alguns dos Srs. Vereadores, a importância que foi a cedência de fatos para os bombeiros, que se não fosse os fatos, não ganhavam literalmente para o fato, penso já houve aqui se vereadores que falaram sobre esta questão. Não foi para consumo interno! Sobre a questão das lavagens dos contentores, foi aqui falado lavar naquilo que eram as medidas que na altura estavam a ser aplicadas, zonas de utilização comum como era os contentores. Aliás, lembro-me perfeitamente que o vereador Bruno Vitorino numa das propostas que aqui foi debatida, a questão dos contentores com alavanca de pé para evitar manuseamento, não foi para consumo interno estas questões. A questão dos nadadores salvadores foi aqui colocada em reunião de câmara e debatida na questão da importância de ter porque as pessoas não podiam ir para fora do concelho, iam ficar mais perto, já tínhamos o registo histórico na afluência à praia para se poder ter uma atitude de pedagogia no areal. Foi aqui falado. Não é novidade. Foi discutido em reunião de câmara e há outras coisas. Srs. vereadores, não sei se consta, eu fiz questão de enviar o ficheiro Excel com as rubricas todas. Perante o compromisso que assumi na última reunião de câmara que enviei para os Vereadores da CDU, para a vereadora Sofia Martins e para o vereador Bruno Vitorino do PSD. Questões como, por exemplo, uma questão complicada que se que se calhar não encontra no report que não a identifica, na altura tivemos que comprar uma lona enorme para poder ajudar o Hospital do Barreiro, porque estava em obras e com as chuvadas que estavam a fazer cair estavam no último andar a verter água e com os profissionais e os recursos também financeiros do hospital todos alocados para o combate ao covid fomos nós que a comparamos com os nossos técnicos e com a ajuda também, nomeadamente, do engenheiro de manutenção do hospital, fomos fazer a colocação lá, ou mais recentemente com a ajuda que demos a criar uma redundância para o oxigénio no hospital uma coisa, por exemplo, que eu não tinha noção no hospital se calhar no período normal e quase no limiar de nos acontecer aquilo que vimos noutros hospitais na televisão, porque num hospital normal, soube isto, que é uma informação técnica e eu nunca

fui profissional da área hospitalar não conheço, mas num hospital normal, se calhar e à proporção gasta-se 5lts de oxigénio por hora e tivemos Alturas aqui no Hospital do Barreiro que estávamos a gastar 60 ou 70 e tivemos que criar uma redundância e mais uma vez, foram os nossos trabalhadores, com a nossa maquinaria que foram alocados para fazer esse trabalho em conjugação também que o hospital que com isto também aumentou a capacidade dos depósitos existentes. Tudo isto, são investimento muito grandes, como podemos e depois conjugar com aqueles que foram em orçamento. O apoio extraordinário aos clubes, a manutenção do apoio e diria a protocalação aos bombeiros, às IPSS, aos problemas da Cultura, é um esforço muito grande e estamos a falar de investimento e aquilo que nunca se pode e o vereador Paulo André disse-o bem, não é a câmara que define as regras de report, foram da DGAL e validadas pelo Tribunal de Contas A Câmara cumpriu as regras que tudo os municípios do país cumpriram e que foram validados, como calcula para ser validado pela DGAL e pelo Tribunal de Contas não é chutar para o ar, foram validados e naquele montante e, apesar do ficheiro que enviei, é o mais atualizado que temos, no montante ano que está no report, só está a despesa até 31 de setembro, salvo erro, 30 ou 31, não sei o dia exato que se reporta. Há um investimento grande, há! Felizmente agora os EPI'S já se tornaram mais acessível a todos, temos outras componentes, como a questão da tarifa automática da água onde a CDU não teve um lado desta solução que vai dar este apoio de 170 famílias para 6.800. Agora, passado estes meses vir descontextualizar medidas como sendo medidas internas, quando foram realmente fundamentais no apoio a todos, o movimento associativo, as forças de segurança, os nossos bombeiros que tiveram EPI'S graças a estas compras que a vereadora diz foram para consumo interno. Não é e não parece justo, inclusive em questões tão simples como a questão dos nadadores salvadores que foram aqui discutidas antes de ser aplicadas que era fundamental ter uma pedagogia lá. Não pode ser novidade para alguém porque foram discutidas em reunião de câmara que se antes ser aplicadas. Acho que esta descontextualização do momento, acho que é injusto, induz as pessoas em erro e pode se levar a outras interpretações que eu acho que são, como estava há pouco o vereador Paulo André a dizer, de desonestidade mas não queria entrar por ai, se fizermos um esforço de memória para que os questões que discutimos aqui, a dos nadadores salvadores é um exemplo claro de uma discussão que foi aqui discutida, que foi aqui apresentada a necessidade da pedagogia e aceite por todos, porque uma praia que já tem muita gente com as pessoas impedidas de ir para fora, mais gente teria e poder ter essa gente ali e poder ajudar naquilo que fosse necessário e trazê-la agora, quase em jeito diria, e é uma interpretação que só a mim me cabe, quase em jeito de anedota, isso foi discutido aqui e foi importante. Agora, em abril, falar-se das questões como poderia caricaturais como o nadador Salvador ou o MP 4, foi fundamental na altura podemos ter acesso àquele sistema de som. Da mesma forma como foi fundamental coisas tão simples, até vou dizer coisas, vereador Bruno Vitorino, até lhe vou imputar a si, como foi fundamental na altura que estávamos aflitos com assuntos como óculos Proteção e com o contacto do vereador Bruno Vitorino fomos buscá-los a Science for you, diria uma coisa atípica daquilo que estávamos à espera que depois a partir disto, até disseminou por uma série de concelhos. Era a mesma coisa que poderia dizer pois está na mesma linha do MP4 e dos nadadores salvadores pois até empresas de brinquedos estão aqui assim a custos. Eu não me parece que isto seja justo, olhe foram fundamentais. Na altura que não havia nada que andávamos com pessoas a fazerem

viseiras em impressoras 3 D e a fazer-nos e a fornecer-nos à câmara para poder ajudar, mas obviamente em qualidade muito limitadas. Foi fundamental este tipo e também poderia ter dito para se caricaturar. Olha está aqui MP4, nadadores-salvadores, até está aqui empresas de brinquedos, deve ser para entreter quando estávamos em casa fazíamos kits de ciências, mas não, olhe foram óculos de Proteção que foram fundamentais na altura. E isto, acho que isto é extraordinariamente injusto a descontextualização e vir agora com e acabo com isto o exemplo dos bombeiros, se não fosse os fatos que a câmara deu, o quilometro, o fato saia mais caro que cada quilometro ganho porque para cada saída tinham que equipar desequipar de forma integral e não foram para consumo interno.

**O vereador Paulo André** no uso da palavra menciona que seja reconhecido (as gravações existem para se ver) que desde a primeira intervenção eu e os outros vereadores da CDU fizeram propostas sobre o Covid e sobre as medidas de apoio à população em contexto de Covid, sempre salvaguardamos que não estávamos a dizer que nada estava a ser feito. Disse isto aqui eu e outros vereadores da CDU em várias ocasiões. Nunca dissemos reconheça-se honestidade intelectual, nunca dissemos que nada estava a ser feito, portanto desse crime não podemos ser acusados. Nem podemos ser acusados de desvalorizar as medidas que foram importantes e que são importantes e que foram tomadas. Nunca dissemos que essas medidas não tinham sido tomadas e nunca dissemos e a vereadora Sofia Martins disse aqui exatamente isso, que o MP4 foi para o carro de som e quanto aos nadadores-salvadores foi perguntado porque não estávamos a perceber. Foi perguntado porque é que estava lá aquela rubrica e eu já disse que isso foi referido pelo vereador Rui Braga, agora dizer que nós afirmamos, não compreendo. Foram tomadas medidas, vou dizer algumas para não se dizer que eu estou a minimizar, na verdade, nunca dissemos que nada foi feito e nunca desvalorizados medidas que foram aqui referidas como o apoio aos bombeiros, o apoio às IPSS, os EPI'S para os profissionais, uma série de outras medidas fundamentais e que de facto foram tomadas, medidas essas algumas propostas por nós, nunca dissemos que não foram tomadas, não se pode pôr isso na nossa boca. Isso sim, é injusto. Isso é injusto, porque nós nunca dissemos isso. O nosso problema é que hoje e é esta a contextualização fundamental, hoje, neste contexto em que nos reunimos, quando falamos com as pessoas lá fora, com os comerciantes e com os pequenos empresários, as pessoas dizem-nos e pedem mais apoios e pedem também que sejam tomados outro tipo de medidas, porque muitos dizem-nos que as medidas não as vemos, o que não quer dizer, eu não estou a dizer e vou dizer isto até à exaustão, não digo que não foi feito nada. Não é isso que eu estou a dizer, eu estou a dizer é que as pessoas precisam de outro tipo de apoios, e até que sejamos convencidos e estamos longe de ser convencidos disso, nós vamos tentar e estamos apoiados pela maioria da Câmara, como se viu na aprovação que aconteceu aqui há algumas sessões atrás, vamos tentar que se consiga encontrar margem para esse tipo de apoios porque as pessoas nos pedem, as pessoas precisam. Isto não é dizer que não se fez nada e acabo como comecei quando disse no meio, nunca vamos dizer que não se fez nada, porque, de facto, algumas medidas foram feitas, foram tomadas medidas importantes e que não podem ser negadas, mas também não pode ser negado que as pessoas precisam de outras coisas e de outros apoios, e, na nossa opinião, haverá margem para esses apoios.

A vereadora **Sofia Martins** no uso da palavra refere que não vai entrar muito mais nesta discussão até porque há outras matérias para colocar e considera que foi praticamente tudo dito. Eu penso que o senhor Presidente não me viu com tom de ironia, nem pode tirar das minhas palavras que eu disse alguma “reinação” ou algum “gozo” relativamente a algumas propostas. Fiz uma análise daquilo que a mim me parecia ser, era sinceramente uma análise e o que era preciso fazer para nos ajudar a todos a fazermos uma reflexão conjunta, se em algumas matérias poderíamos ir ou não mais longe. O Sr. Presidente na discussão, a propósito de uma proposta que foi posta aqui pelo PSD relativamente a medidas concretas de apoio às empresas e às famílias, o Sr. Presidente alegou relativamente a essa matéria um documento em que provava que já tinham sido gastos 2 milhões e o que eu tentei dizer é que nós temos que separar os factos e o Sr. vereador Paulo André fez aqui de forma muito simples e muito perceptível. Temos que ver o que será factos! Do report da DGAL já disse aqui e volto a dizer, não tenho nada a dizer, o Sr. Presidente apresentou os dados que lhe pareceram corretos, eu não tenho nada a dizer sobre os dados e aquilo que a DGAL pediu aos municípios para enviar e, portanto, o que considero é que para a nossa discussão esses dados não são dados que nos ajudem na reflexão, foi só isso que disse. E, não contestei os dados, nem me compete, até lhe disse que isso é matéria de análise de dados pela assembleia municipal. O Sr. Presidente fez o favor de mandar as listagens, o que eu agradeço, mas de facto, são dados que eu própria não tenho a perceção de onde é que foram gastas as coisas, sejam máscaras ou outras várias coisas. Tenho o direito de presumir que pela informação que me é dada e aquilo que consigo entender da informação com o detalhe que ela tem. Mas quer dizer, parece-me que, no fundo estamos aqui a tentar desvalorizar a importância da discussão que temos estado a ter. Sinceramente, eu jamais, em todo o processo desvalorizei o processo e sei que é um processo duro, de decisões duras, acompanhámos muito de perto no processo inicial em março e abril do ano passado em reuniões sucessivas, até entre nós sem qualquer tipo um de reprodução para o público e, portanto, acompanhámos muito de perto e conhecemos muito bem o processo. Tentámos consensualizar medidas e trabalharmos todos sobre essa matéria com os dados que conhecíamos, com o impacto que achávamos que podia ter e que era acolhido nas contas da câmara. O que estamos hoje a dizer é que, perante as matérias e a dimensão da crise económica, achamos hoje, e se calhar achamos já há vários meses, que temos que pensar em outras medidas. Fizemos várias perguntas, qual tinha sido o trabalho do Gabinete de Apoio ao Empresário, quais tinham sido os dados do desemprego, das empresas que tinham entrado em insolvência, dos layoffs, fizemos perguntas até a exaustão sobre esta matéria. Houve propostas concretas por parte do PSD? Nós por acaso na última discussão não fizemos propostas, acolhemos a recomendação do PSD que trazia uma série de propostas que eram para avaliação, nós também tínhamos, também as fizemos, também trazíamos propostas, mas achámos que isso não ajudava neste momento à discussão despejar propostas para cima da mesa, o precisávamos era de encontrar espaço para poder ter essa discussão, e o que nos parece a nós, é que a justificação dos 2 milhões foi para retirar espaço a essa discussão e eu tentei aqui, nestas 2 reuniões sucessivas, mostrar que haveria espaço para essa discussão e que não é tarde e que ainda podemos fazer essa discussão. É uma discussão oportuna e necessária, porque todos nós nesta matéria, independentemente daquilo que venha a ser o futuro, sabemos que aquilo que temos pela frente, a luta que as pessoas têm

pela frente vai ser duríssima. Nós temos o dever de fazer um esforço, um esforço grande para ajudar. É preciso entender e o Sr. Presidente às vezes faz aqui intervenções que eu até sinceramente só as posso entender como um elogio, que é o Sr. Presidente achar que nós tiramos ilações de coisas que nem sequer conhecemos. Pois Sr. Presidente, nós não conhecemos a execução do orçamento, não fazemos a mínima ideia, pois até hoje, o último reporte de execução orçamental que nos enviaram é o de setembro do ano passado. Na informação escrita de janeiro havia mais alguma informação, mas nós não temos mais nada. Foi solicitada, na última reunião de Câmara informação sobre a questão dos 5 milhões dos recursos humanos, porque nós não conhecemos, nós não conhecemos a execução do orçamento camarário, nós não conhecemos as questões relativamente à execução do orçamento, à sua cabimentação, aos seus compromissos e, portanto, é muito difícil vir ter uma discussão em que o Sr. Presidente alega que é menos construtiva da nossa parte, quando não temos dados, quando nunca nos é dado a informação que nos permita fazer uma análise diferente. Sr. Presidente, nós disponibilizámo-nos mais que uma vez para as reuniões que fossem necessárias no registo que entendesse, para podermos discutir com frontalidade aquilo que podiam ser medidas encaixáveis no orçamento da câmara, para poder ir mais longe na ajuda às pessoas, e nesta intervenção apenas quis não desvalorizar aquilo que foram as medidas por todos nós aprovadas, algumas implementadas, outras que não tiveram o impacto que nós desejávamos que tivessem e não desvalorizo o papel que a Câmara teve no primeiro tempo da pandemia, nem o papel que foi tendo em algumas matérias. Não desvalorizo o "carro de som", aliás, fomos nós próprios na última reunião que tivemos sobre o Covid em setembro que voltamos a falar sobre as matérias da sensibilização da população e, portanto, não desvalorizamos o carro de som, nem nenhum MP4, não desvalorizamos matérias absolutamente nenhuma que tenham a ver com as matérias do combate à Covid. Pois vereador, pareceu-lhe, mss pareceu-lhe mal Sr. Vereador. Eu hoje até nem estou com um ar relativamente irónico e, portanto, quis defender aquilo que era na minha opinião, não fiz nenhum ataque nem nenhum tipo de desvalorização. Volto aqui a colocar, uma coisa é o report à DGAL, o vereador Paulo André já o disse, uma coisa é o report à DGAL do qual nós nem estamos aqui a fazer qualquer tipo de análise, nem de qualquer tipo de avaliação, essa compete às entidades e em última análise competiria à Assembleia Municipal, não nos compete a nós. A nós a única coisa que nos compete é avaliar se as justificações dadas àqueles documentos servem. No fundo, se permitem que façamos a análise é que cheguemos à conclusão que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, mas que também estou a dizer e é o que eu acho, ficámos longe, ficámos longe nas medidas que são necessárias.

**O Sr. Presidente** no uso da sua palavra indica que concorda em absoluto com o que o vereador Paulo André disse, é preciso mais apoios, mas Sra. Vereadora, até porque estamos aqui a falar de uma, não só do Barreiro, mas de um país que passou por 2 crises nos últimos 10 anos. Sabe quando é que ficamos longe dos apoios Sra. vereadora? Foi quando a CDU estava na gestão da Câmara que cortou os apoios, que cortou os apoios na Educação, aos bombeiros, ao desporto, á cultura, também quando as pessoas precisavam. Aí ficamos longe, alias ficámos mais longe porque se cortou. Aí ficamos ainda mais longe e é escusado os senhores tentarem interromper, é escusado estar a falar e estarem a tentar-me interromper, porque é preciso mais apoios, é! É preciso chegarmos ainda mais longe se tivermos esses

recursos. Mas uma lição aprendemos do tempo da vossa gestão CDU aqui que é quando as coisas forem difíceis, agente não corta e torna mais difíceis para todos. Reforçámos os apoios, era importante mais? Era, mas não conseguimos. Mas não cortámos em nada como os senhores e isso é algo que nos deve orgulhar.

O vereador **Bruno Vitorino** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos e dizendo que relativamente ao ponto anterior as propostas que o PSD apresenta, que foram transformadas em recomendação, são isso mesmo, são um conjunto de propostas e como foi dito na altura, seria impossível aplica-las todas ao mesmo tempo, mas procurou que fossem sérias, muitas delas estão a ser executadas em muitas autarquias do país e que entende, quer no apoio às famílias, quer no apoio às empresas, havendo ainda muito por fazer. Neste sentido, o Barreiro também pode fazer, a exemplo que acontece em outras autarquias, também no que diz respeito às instituições e também essa proposta foi apresentada pelo Vereador. Porém, considerou que quanto a esta matéria houve uma evolução que considerou bastante positiva por parte da Câmara Municipal no que diz respeito às instituições, ao movimento associativo, considerando que houve um esforço grande e, à semelhança do que foram as suas propostas, conseguiu-se chegar de certa forma ao apoio de forma correta e com um esforço significativo essas mesmas instituições. O Vereador reforçou que todas as suas propostas se mantêm atuais, são um contributo à discussão, ficando para o Executivo, nomeadamente para a maioria, querer ou não querer agarrar alguma delas, estudá-las, quantifica-las e pô-las em prática.

Relativamente às questões que o Vereador queria mencionar, pediu permissão para que começasse com uma que já tem sido falada, não sendo nenhuma novidade, crendo que os alertas lançados por parte da população, têm mais de um ano e que tem que ver com a degradação a que chegou a zona dos Moinhos de Alburrica e respetivos acessos, com impacto já no Moinho Grande. Referiu que é necessário ir ao local e perceber o que tem havido ali de erosão, quer dos acessos, quer do próprio Moinho onde foi feita há uns anos atrás um enrocamento da sua base e que se percebe que por ação das marés, por ação dos catamarãs, toda a erosão dos últimos anos, especialmente do último ano e que, naturalmente, obriga a que por parte das entidades competentes, primeiro a APL, não sendo uma empresa privada, é uma empresa que tem uma tutela. Assim, referiu que há um Governo por cima que governa ou deveria governar o nosso país e depois há o Ministro que tutela aquela área, não sendo, portanto, uma empresa privada, pois há uma empresa que responde ao Governo, não tendo assim a Câmara Municipal responsabilidade direta naquela obra, mas sim indireta com tudo aquilo que se passa no seu território. Deste modo a Câmara terá que ter uma ação um pouco mais forte, mais musculada porque se trata de uma situação que se arrasta há tempo a mais, reforçando que neste momento o caminho está quase em perigo e quase intransitável e quanto aos moinhos não se sabe como é que o enrocamento está a ser afetado e por isso o Vereador lançou mais uma vez o alerta que já foi feito várias vezes em reuniões de Câmara e já várias vezes se obteve como resposta que já está falado muito em breve teremos obra.

Na verdade, o Vereador considera que o tempo foi passando e da sua parte ultrapassou os limites daquilo que seria aceitável esperar e por isso resolveu trazer este assunto mais uma vez a reunião de Câmara, como também o fez nas redes sociais, e como levou à comunicação social.

Relativamente às questões que o Vereador queria mencionar, pediu permissão para que começasse com uma que já tem sido falada, não sendo nenhuma novidade, crendo que os alertas lançados por parte da população, têm mais de um ano e que tem que ver com a degradação a que chegou a zona dos Moinhos de Alburrica e respetivos acessos, com impacto já no Moinho Grande. Referiu que é necessário ir ao local e perceber o que tem havido ali de erosão, quer dos acessos, quer do próprio Moinho onde foi feita há uns anos atrás um enrocamento da sua base e que se percebe que por ação das marés, por ação dos catamarãs, toda a erosão dos últimos anos, especialmente do último ano e que, naturalmente, obriga a que por parte das entidades competentes, primeiro a APL, não sendo uma empresa privada, é uma empresa que tem uma tutela. Assim, referiu que há um Governo por cima que governa ou deveria governar o nosso país e depois há o Ministro que tutela aquela área, não sendo, portanto, uma empresa privada, pois há uma empresa que responde ao Governo, não tendo assim a Câmara Municipal responsabilidade direta naquela obra, mas sim indireta com tudo aquilo que se passa no seu território. Deste modo a Câmara terá que ter uma ação um pouco mais forte, mais musculada porque se trata de uma situação que se arrasta há tempo a mais, reforçando que neste momento o caminho está quase em perigo e quase intransitável e quanto aos moinhos não se sabe como é que o enrocamento está a ser afetado e por isso o Vereador lançou mais uma vez o alerta que já foi feito várias vezes em reuniões de Câmara e já várias vezes se obteve como resposta que já está falado muito em breve teremos obra.

Na verdade, o Vereador considera que o tempo foi passando e da sua parte ultrapassou os limites daquilo que seria aceitável esperar e por isso resolveu trazer este assunto mais uma vez a reunião de Câmara, como também o fez nas redes sociais, e como levou à comunicação social.

Acerca de Alburrica o Vereador colocou uma outra questão. Referiu que foi lá para ver particularmente, pontualmente aquela matéria, mas queria deixar também como alerta que há casas que já não são casas e que voltaram a ser casas, existe mais lixo espalhado naquela zona e, portanto, solicita que aquilo que é considerado o *ex-libris* da cidade, o símbolo da Câmara Municipal, não possa ser tratado daquela forma. O Vereador reconhece e compreende que as dificuldades que têm existido em determinados serviços com a questão da pandemia, com as equipas a trabalhar em espelho, dificuldades em termos de recursos humanos, de compatibilizar horários quando há menos gente, pessoas que entram de baixa, pode demorar mais tempo a ser feito, mas tem que ser feito e as ações de fiscalização, não só a limpeza, têm de ser tidas em consideração. Reforçou que não se pode ter aqueles espaços como abertos ao público para quem possa vir visitar o Barreiro e depois ser aquele o cartão de visita da cidade,

Alertou, ainda, que naquele espaço algumas pessoas moram lá, existindo pessoas que sempre moraram lá e há pessoas que lá estão que não moram lá, que têm habitação própria e por isso não têm direitos sobre aquilo que é o espaço que deveria ser de todos. Assim, o Vereador alerta para que quem de direito olhe caso a caso, que haja fiscalização, que não se deixe reconstruir coisas e não se deixe que agora exista ali quase uma lógica de colecionar lixo num local que deveria ser aprazível para as pessoas poderem naturalmente circular.

Uma outra questão que o Vereador abordou teve a ver com Palhais e as sucessivas interrupções do fornecimento de água. Referiu que se se aumentasse a pressão existiriam menos queixas dos moradores dos prédios mais elevados porque a água já lá chegaria com mínima pressão para se poder utilizar em

casa. Mas, se se diminuir a pressão essas pessoas queixar-se-ão que não têm água com pressão suficiente para poderem tomar um simples duche. Porém, se se aumentar a pressão ocorrerá o rebentamento de condutas e problemas depois de falta de água em toda a freguesia, sendo um problema crónico e que os anos não têm melhorado. Neste sentido, o Vereador questionou quantos anos tem a conduta que serve aquela freguesia, crendo que depois seguirá para Coina? Questionou quantos anos é que tem e quando é que no planeamento existente está prevista a substituição uma redundância em termos de fornecimento de água, se está prevista uma substituição daquela conduta? Em caso afirmativo, para quando? Quanto custa?

O Vereador reconheceu que compreende que não se faça tudo ao mesmo tempo, mas há coisas que têm que ser feitas e, relativamente ao fornecimento de água, nestas alturas que as pessoas percebem que não se trata só de abrir a torneira, há um conjunto de operações a montante que têm que ser feitas e, assim, o Vereador questionou qual o ponto de situação? O que afirmou não é verdade e aquela conduta afinal é nova e os problemas são outros? Solicitou que alguém lhe explique especificamente o que se passa para que hajam tantas interrupções e de forma sistemática naquela freguesia e para quando é que está prevista uma resolução daquele problema e como é que o mesmo se resolve?

Uma terceira questão que o Vereador Bruno Vitorino quis abordar teve que ver com a urbanização dos Fidalguinhos. O Vereador afirmou que foi à urbanização e viu na zona do Politécnico e de alguns lotes de habitação no meio da mata que lá está algumas marcações na via pública com uns pontinhos, não fazendo ideia do que aquilo seja, esperando que não seja uma ciclovia, esperando que não seja a pintura de mais uma faixa no chão, gastarem mais dinheiro para dizer que fizeram outra ciclovia, uma vez que recordou que já disse no passado e criticou isso no passado. O Vereador lembrou que já viu pintar nas avenidas principais do Barreiro, gastar ali não sabe quanto tempo e dinheiro em tintas para pintar, para pintar umas "faixazinhas", um tracejado no chão da via, isso não é fazer uma ciclovia, uma vez que esta é uma via dedicada a ciclistas, em que se aumenta a prevenção do ponto de vista rodoviário a segurança rodoviária para os seus utilizadores e, naturalmente, para os automobilistas. Reforçou, assim, que não é pontar uns tracejados no chão, colocar uns símbolos com umas bicicletas que se passa a ter uma ciclovia. O Vereador reforçou esperar que não seja esse o caso, porque o que viu é que no meio da via com essas pintinhas passaria a ter uma via mais curta, mais pequena onde passam os autocarros, no sítio onde passam carros maiores de fornecimento de bens alimentares e de uma série de outros de cargas e descargas.

Neste sentido, solicitou que se pense, sabendo o Vereador que se está a pouco tempo de eleições e que agora se fazem mais coisas para ficar bonito, reforçando o pedido que se faça o que é preciso fazer na cidade e não este tipo de "coisinhas". Pediu desculpa caso não seja uma ciclovia, mas se lhe disserem que é isso mesmo que vai ali nascer, então falará mais vezes, uma vez que se trata de uma coisa sem pés nem cabeça e com tantos erros cometidos no passado, voltar a fazer e a mesma coisa que no passado criticaram, não deixa de ser curioso.

Passando para outras questões mais concretas, mas importantes para o Vereador, referiu que continua a receber queixas dos autocarros dos Transportes Coletivos do Barreiro circularem acima daquilo que é a lotação recomendável nesta altura, concretamente a carreira 6 nas horas de ponta. Neste sentido,

questionou o que está a ser feito? Questionou se estes casos estão a ser detetados? O que é que se pode fazer para minimizar? Pontualmente pode acontecer, mas não todos os dias às horas de ponta. Solicitou que, não estando presente o Vereador responsável por este pelouro, que fizessem chegar aos diferentes Vereadores a resposta relativa a esta matéria. Se é verdade, se não é verdade e o que é que está a ser feito para melhorar estas mesmas questões?

Uma outra questão que o Vereador quis abordar teve que ver com a obra nova na Avenida dos Fuzileiros Navais. O Vereador mencionou que tem recebido de estacionamento abusivo nas passadeiras. Havendo ali comércio de um lado e do outro passa a ser a subir o passeio ou nas escapatórias que existem para as passadeiras que já estão bem feitas com rebaixamento para as cadeiras de rodas e para carrinhos de bebés, tal como está a ser feito nos Fidalguinhos. Neste sentido, referiu que nem tudo foi mau na visita que fez aos Fidalguinhos, considerando que isso é que é importante, já que anda há tantos anos a falar acerca destas matérias, uma vez que existem muitas pessoas com mobilidade reduzida, com dificuldades de locomoção, às vezes até mesmo pela questão da idade, e muitas vezes pessoas com carrinhos de bebé e, portanto, quis o Vereador dar os parabéns por esse trabalho.

Assim, quanto à obra nova, solicitou um bocadinho a mesma coisa, questionando como é que se vai impedir o estacionamento abusivo para que as pessoas possam circular no passeio, no respeito uns pelos outros, para que o Barreiro tenha algumas regras? Isto porque, salientou o Vereador, o viver em comunidade, viver em sociedade, viver em harmonia uns com os outros e para evitar conflitos será necessário que existam entidades públicas que obriguem e ajudem ao cumprimento de regras e ajudem pelas medidas que vão tomando para que a cidade se possa, de certa forma, encaixar nos direitos de uns que terminam quando começam os direitos de outros, sendo isso uma cidade que é o viver em harmonia, todos cumprirem o mínimo de regras para evitar problemas e conflitos e para isso será necessário chegar às multas, ter de chegar a pessoas quase a vias de facto, porque infelizmente estas coisas existem e vão aparecendo e que já começam a ser normais e não pode ser. O Vereador reforçou que uma cidade tem que ter regras, porque se vive em sociedade e não numa anarquia e relativamente a esta questão concreta na Avenida dos Fuzileiros Navais questionou se está prevista ou não? Se aquela obra está concluída? Até porque faltam algumas questões dependentes de outras entidades, mas esta questão parece que se coloca numa zona já concluída e portanto questionou o que é que está ali previsto ou se está previsto alguma coisa relativamente a esta mesma matéria?

Um outro assunto que o Vereador quis abordar, que tem muita influência naquilo que é o dia a dia da cidade que são os pombos, as pragas de baratas, de ratos, controlo de colónia de gatos. Questionou o que se está a fazer nestas áreas? O que está pensado para estas áreas? O que foi feito até aqui?

Relativamente ao controlo das colónias de gatos, o Vereador afirmou que se trata de problemas de saúde pública, segundo a legislação antiga, não é possível apanhar os animais e matá-los, porém, o controlo das colónias tinha de ser feito, utilizando o apoio de programas nacionais para a concretização destas mesmas medidas. É necessário controlar as pragas, afirmando que as colónias de gatos não podem continuar sem se esterilizar, identificar, quantificar para que ao longo dos tempos se minimizem os impactos que causam para a vizinhança onde existem, agarrar e deslocalizar por respeito pelos animais,

mas por respeito pelas pessoas e no cumprimento das regras de salubridade e saúde pública, no cumprimento dos regulamentos existentes.

Questionou, assim, o que há de queixas na Rua Stara Zagora, na Rua Elias Garcia, havia um caso na Rua da Bandeira e alguns na Quinta da Lomba? O que é que tem sido feito? Quantas colónias já estão controladas e esterilizadas? Como é que esta questão está a ser feita?

O Vereador referiu que em termos das pragas será a mesma coisa. Vem aí o tempo mais quente e voltam os problemas e, deste modo, questionou o que é que está previsto, naquilo que é a gestão da cidade, acerca destas matérias? A questão dos pombos que continuam a crescer de forma completamente descontrolada, afirmou que a autarquia terá que fazer alguma coisa, porque as queixas das pessoas quando começam a existir não é só porque incomoda, não é só porque suja, é também por questões de saúde pública. Estas questões têm que ser tidas em consideração quando se gere uma cidade.

Outra questão que o Vereador Bruno Vitorino abordou teve que ver com os Mercados Municipais, reforçando que já trouxe várias vezes a questão do Nicola a reunião de Câmara. Referiu que gerir uma cidade não é ir só lá no dia da inauguração! Congratulou-se que haja um mercado novo, mas referiu que tem pena que este tenha ainda por resolver velhos problemas, uma vez que o problema da climatização dentro do mercado é igual, a solução arquitetónica encontrada é a mesma, considerando o Vereador que em breve vai ter de se fazer obras naquele mercado para criar umas antecâmaras para que não seja o frio que está na rua, o frio que está lá dentro com portas abertas, com os respiradores e outras coisas. Com a certeza de que haverá outras soluções como há por todo o país. Pelo menos a questão da arca frigorífica do gelo para quem trabalha no dia a dia para facilitar o caminho às pessoas, tendo alertado para esta situação há uns meses e continua tudo na mesma. Principalmente pra o peixe, uma vez que o mercado vende peixe fresco, não é preciso uma arca congeladora, mas sim um arca frigorífica. Salientou que não se pode inaugurar um mercado e passado algum tempo chegar-se à conclusão que houve um erro, que houve uma falha. Estando perto do verão, as coisas ficam mais complicadas, sendo essa a razão pela qual se criam condições nos próprios mercados, apelado, mais uma vez, relativamente a estas matérias do dia a dia dos mercados.

Relativamente a Santo André, o Vereador abordou questões que têm a ver com o gradeamento, que têm a ver com o controlo da praga de ratos, questões que têm a ver com a dinamização daquele mercado, questões que têm a ver com o lago que está lá no meio. Quanto a este, o Vereador afirmou que ou há lago, ou não há lago e se há lago que este seja arranjado, mas se é para anular por alguma razão, então que o seja mas que se intervenha naquilo que é o dia a dia dos mercados e se resolvam os problemas no imediato e não 3, 4 ou 6 meses depois. Estas questões são pequeninas, mas dão uma péssima imagem daquilo que é o mercado e os mercados já estão como estão porque a proliferação de hipermercados não tem ajudado aquilo que é o comércio local e os mercados tradicionais. O Vereador afirmou que não tem ajudado, atendendo que se trata de um concelho pequeno e te, não sei quantos Lidl's por metro quadrado, não sendo só de agora, referindo que não é só o Sr. Vereador Rui Braga que andou a brincar aos Lidl's, mas também o Sr. Vereador Rui Lopo. Questionou como se resolvem estas questões? Afirmou que o Vereador responsável terá que criar as condições para que estes mercados

tenham conforto, tenham visibilidade, tenham animação, tenham uma limpeza, sendo essa uma responsabilidade direta da autarquia.

Por último, o Vereador Bruno Vitorino quis falar de dois assuntos que considera relevantes. Quis deixar um agradecimento rápido à GNR, através do posto de Santo António da Charneca e do Destacamento do Montijo. Informou que houve uma ação de sensibilização na Mata Nacional da Machada com a GNR e também outros guardas para as questões da necessidade de cumprimento de regras por parte dos utilizadores, para o alerta num conjunto de coisas que têm também a ver com a área da proteção, nomeadamente dos bens, dos carros, enfim, de um conjunto de ações de sensibilização feito no anterior fim de semana, mas que quer repetir com a GNR. Considerou que é importante o contacto com as pessoas, a presença física, a visibilidade e os alertas que são lançados.

O Vereador afirmou que enquanto Câmara, sendo que relativamente ao mato Pinheiro, sendo perigoso, é uma mata, as pessoas pensam que estão num parque urbano, mas a mata tem outros perigos e esconde perigos para as pessoas, para animais, para as crianças e por isso tem tentado fazer estas ações e lançado estes mesmos alertas. Existe um conjunto de novos utilizadores, talvez resultado da pandemia, com um espaço mais amplo, ao ar livre, as pessoas passeavam mais por lá e por isso quis deixar este alerta.

Referiu, ainda, que o Sr. Presidente quis marcar um dia para ir fazer uma visita e depois é que o Vereador lançou o convite, quando trouxe uma proposta, para que fossem ver os melhoramentos que estão a ser feitos, até para justificar as propostas que são trazidas até às reuniões de Câmara, para que conheçam. Porém, o Vereador afirmou que não é daqueles que entra naquelas insinuações maldosas, de maledicência, de deixar a neblina e a névoa, mas quando confrontados questionam estão a falar do quê em concreto e fogem depois da discussão, reforçando que não entra nisso, que detesta isso e, por isso, a forma que se tem para mudar e evitar este tipo de questões é tornar um processo sólido, tornar um processo que seja inatacável do ponto de vista que os empresários interessados possam falar com os autarcas, mas que devam passar por uma estrutura profissional que é a que faz a triagem das coisas.

O Vereador recordou que defendeu, no âmbito da Braamcamp duas coisas: que se teria, do ponto de vista jurídico, ter um processo sólido, que fosse impenetrável para não parar a meio, ter um processo blindado do ponto de vista jurídico e também que se tivesse tido a capacidade de fazer quase um Road Show, diga-se nacional ou internacional daquilo que era a promoção do nosso território de modo a captar diferentes investidores e isso tinha sido possível. Demoraria mais tempo, mas teria sido possível fazer e aqui neste processo teria tido esta particularidade. Porventura teria havido mais empresas a participar, mais concorrentes a apresentarem propostas, o que retiraria garantidamente esta nebulosa de suspeição que alguns tendem de forma maldosa, uma vez que o processo teria sido mais abrangente e mais participado e com isto o Vereador afirmou não estar a criticar aquilo que foi o processo, que foi um concurso público e não um ajuste direto. Ou seja, apresentou proposta quem bem o entendeu, e mais uma vez o PS e a CDU andaram entretidos nesse processo a discutir quem estava a favor e quem estava contra, quem faz tudo bem e quem não o faz e enquanto a cidade que é pensada entre a CDU e o PS nesta lógica, nesta troca de argumentos, na opinião do Vereador não se sairá disto, não estando com isto a dizer que foi tudo mau de um lado ou tudo mau do outro porque nunca o é.

Neste sentido, referiu que a CDU fez coisas positivas no passado, não tendo sido tudo mau que fez. Bem como o PS faz coisas positivas hoje como fez no passado, não é tudo mau. Todavia, há coisas com as quais não concorda ou que faria de maneira diferente e outras coisas que critica porque considera que foram mesmo mal feitas.

Relativamente a este processo, o Vereador Bruno Vitorino reforçou que continua confortável na defesa do processo da Braamcamp, dizendo que se fez bem em avançar com um projeto para aquela zona, tendo-se evoluído bastante naquilo que era o projeto inicial relativamente ao projeto que está, mas que se podiam ter protegido, na sua opinião, relativamente às matérias que abordou, efetivamente deviam ter sido consideradas e tivessem sido tidas em conta quando do desenho desta mesma questão.

Finalizou agradecendo o facto de o terem escutado.

**O Sr. Presidente** no uso da sua intervenção solicita que quem está inscrito que seja muito sucinto porque já vamos para as 2 horas antes da ordem do dia, mas que tem escrito vai para ter a sua palavra. Queria dizer, umas notas sobre isto que o vereador Bruno Vitorino falou que me parece muito importante, a maior proteção é a clareza do processo, independentemente de estruturas porque toda a gente que trabalha na autarquia trabalha de forma profissional. Toda a gente sabe que há essas nebulosas, toda a gente percebeu que ao longo do último ano fomos recebendo inúmeras denúncias anónimas que vieram via ministério, via Polícia Judiciária, veja lá até do Tribunal de Contas, porque é que o concurso do David Carreira foi não foi concurso público, porque só há um David Carreira, mas é isso, foi a denúncia pública. Vai sempre haver e cada vez mais tenho noção que é uma forma de fazer política que está a entrar no país e de fazer oposição e vê-se isso no país todo e vai entrar muitas denúncias com certeza, como entra em todo lado e aqui também e também entraram sobre as máscaras sociais, sobre a Quercus, denúncias que foram feitas que entraram na câmara. O vereador Bruno Vitorino tocou num ponto que é fundamental, foi não só o facto de um concurso público, de tudo isso, mas vereador ainda lhe ia acrescentar mais um ponto que com o seu contributo foi acrescentado a todo esse projeto Braamcamp que foi fundamental, que é dos 3 júris, 2 são externos, acolhendo uma sugestão que o vereador Bruno Vitorino aqui fez, mais, até se passou a condução do processo todo em votação quer em Câmara, quer em Assembleia Municipal para o júri para levar a condução do processo, mas não estamos livres de que com as inúmeras denúncias feitas que apareçam cá a ver o processo. Esse ou outro qualquer, mas há uma coisa que temos e isso sempre foi com a clareza e a transparência que o processo tudo foi feito, independentemente das opiniões de quem é a favor ou contra, que isso é outra questão, quem é a favor ou é contra, isso é outra questão. Agora no procedimento, acho que está perfeitamente claro. Srs. vereadores, Paulo André, vereador Rui Braga e vereadora Sofia Martins, dou-vos a palavra por esta ordem, estamos com 10 minutos das duas horas do período antes da ordem do dia mas estão inscritos dou-vos a palavra mas vereador Rui Braga, pedia-lhe sobretudo para as respostas às questões que foram colocadas sendo que as questões do foro do vereador João Pintassilgo que o vereador Bruno Vitorino colocou, fica o registo para poder chegar a resposta.

**O vereador Rui Braga** no uso da sua palavra indica que as questões que o vereador Bruno colocou foram extensas, começar pelas pinturas no pavimento dos Fidalguinhos, os tais pontinhos que o vereador viu, vereador vamos ter que conversar mais vezes sobre isso e é sempre um prazer ouvi-lo, porque é

mesmo para pintar uma ciclovia, portanto a ciclovia foi pensada por quem de direito. A nova definição do tamanho das vias foi pensada, também servida para abrandar a velocidade dos veículos que circulam e para dar mais qualidade, não só a quem anda de bicicleta, mas também a quem faz desporto informal que vai passar a ter uma ciclovia a circundar os Fidalguinhos. Já percebi que vamos ouvi-lo mais vezes sobre isso e certamente será um gosto porque dia 26 começam as pessoas as pinturas no pavimento nos Fidalguinhos e no nosso entender, permita-me aqui também este aparte, é também assim que se faz a gestão da cidade, onde estamos a completar algo que vem de trás, os Fidalguinhos foram todos pavimentadas como disse e bem estamos a rebaixar passadeiras e agora a pintura não só das vias, mas também a inserção desta ciclovia, é algo que é importante assim como também no dia 26 a requalificação do parque infantil no Alto Seixalinho vai começar e requalificar mais este este espaço, mais um exemplo de como se deve gerir a nossa cidade. Pavimentações na Quinta da Lomba, porque estamos a falar de pavimentações, a Rua General Heraldo e a Rua Afonso Albuquerque, começam e muito bem agora no dia 23 as repavimentações e dizer-lhe que falou dos Moinhos e também vi que aderiu agora à produção de vídeos no local e esta colocação destes problemas nas redes sociais que agradeço, mas há coisas que nós temos que perceber, há 10 anos atrás foi feita uma intervenção na base dos Moinhos que colocou aquilo que era um perigo de derrocada fora de hipóteses, aliás, o processo que nós temos vindo a falar aqui várias vezes antes do vereador fazer o vídeo, nós já tínhamos aqui feito muita pressão com a APL que deu alguns frutos e a relação e aí concordo com aquilo que disse o vereador Bruno Vitorino, a ação da APL tem que ser mais célere a já cá vieram fazer uma análise técnica à base dos Moinhos onde esta situação está fora de perigo e é isto que devemos também dizer às pessoas, existe a necessidade de recarregar o areal e o frente dos Moinhos, mas é uma história que não tem nada a ver com a estabilidade do próprio Moinho e sei que, na semana passada, a administração da APL aprovou o orçamento necessário para reparar, a via que teve, salvo erro, nos últimos dois meses, duas derrocadas. As coisas não correm com tempo que nós desejamos e eu faço minhas as suas palavras, está há tempo demais que desde que nós estamos a sinalizar este este este problema junto à APL para ser reparado, mas continuo com a mesma convicção até porque a nossa relação é quase que diária, as trocas de comunicação são quase diárias e a informação que tenho para lhe dar é que eventualmente na próxima semana teremos o empreiteiro a tratar aquilo que caiu com o enrocamento da estrada e a reposição da circulação da via que é só uma da parte dos problemas, porque temos continuar a pressionar para recarregar o areal em frente aos Moinhos do Alburrica e é o que estamos a fazer. Falou-me também na obra da Av. dos Fuzileiros Navais e dizer-lhe que nós temos aqui um problema com a EDP para concluir a obra, está praticamente concluída, temos um troço de 20 metros onde não está pavimentado e tenho recebido muitas reclamações de munícipes que não compreendem por que é que nós não acabamos a obra, parece que esquecemos da obra, isto tem sido uma dor de cabeça, já tivemos várias reuniões, já fizemos aquilo que nos compete no que diz respeito a pressão fomos a toda a hierarquia e o que é facto é que a ultima informação que temos é para 12 de Maio que finalmente vamos ter condições de finalizar a obra e terminar aquilo que falta acabar, não só aquele troço mas também os passeios e finalizar a obra onde tomei boa nota daquilo que disse para os carros não eu se apropriarem do espaço que alargámos para os peões, os passeios para que estas estas coisas fiquem a funcionar

bem, não temos nenhum gosto em ter um troço com um pouco mais de 20 metros por acabar quando já lá fomos, já lá fomos várias vezes a repavimentar. Baratas, falou também das baratas. Dizer-lhe o que é que temos feito, para além de acudirmos a reclamações e este combate a pragas agora também está recentemente no foro das minhas responsabilidades, nós temos um contrato com uma empresa externa que sazonalmente tem um plano já com pontos identificados onde nós todos os anos e em orçamento aprovamos e é desenvolvido esse combate. Sei que foi reforçado há um tempo atrás, esse combate, agora com mais calor durante mais tempo o que origina a que este esse tipo de animais apareça mais frequentemente e é isto que está a rolar e vamos continuar a fazê-lo, não quer dizer com isto que nós não acudamos a situações que aparecem extraordinários fora daquilo que é o normal, porque todos os anos acontece o mesmo problema e a câmara tem uma contra medida que todos nós aqui aprovamos em orçamento, todos os anos, que vem com um plano agarrado a uma empresa externa, que nos sítios que estão identificados, surja esse combate, não quer dizer que a ano após ano até devido a alterações climáticas não possam surgir noutro lado ou outras situações novas mas é algo que é mutável e que nós temos que estar sempre com a atenção, por isso dizer-lhe que a Câmara tem um plano, e sempre teve, e continuará a ter de combate a pragas mas surgiram sempre emergências que nós iremos colmatar. Mercados, vereadora, a máquina do gelo já está a funcionar no novo mercado e, obviamente estamos ainda a aguardar a certificação energética do edifício para poder que a finalizar todos esses problemas, mas disse uma coisa que no que diz respeito ao mercado 25 de Abril, não é de todo correta, disse que estamos com os mesmos problemas do que estávamos, mas não, não estamos. Estamos com um mercado novo, com atividade nova, movimento novo e os concessionários estão a vender mais com uma superfície comercial que se Lidl, aventuras de Lidl's ao lado, portanto, se há algo que nós fizemos de bem neste mandato, no tema, não fizemos tudo bem, no tema mercados municipais esse é sem dúvida um bom exemplo, porque onde os concessionários estavam e os nossos munícipes iam às compras no mercado 25 de Abril, isso sim, é que era ir às compras e em condições degradantes. O Mercado 25 de Abril é novo, está ao lado de uma superfície com provas dadas de que os concessionários venderam mais e de longe as condições de quem vai comprar ao mercado, quer para quem lá exerce a sua profissão, é do dia para a noite, os problemas não são os mesmos, temos problemas, tivemos atraso no fornecimento da máquina do gelo? Vereador, tivemos! Não tivemos a máquina do gelo no dia que a gente queria? Não! Já lá está e vamos resolvendo, agora os velhos problemas no mercado novo não existem, temos outros, temos outros desafios, certamente vamos estar atentos a tudo, mas é o exemplo, permitam-me aqui alguma falta de modéstia que uma coisa fizemos bem no tema mercados municipais foi hora que decidimos construir um mercado municipal novo ao lado de uma superfície comercial, pelo que são factos que eu acho que nós devemos tomar como bons e não comparar o incomparável, comparar o antigo mercado que estava situado no Nicola com o novo mercado 25 de Abril é pura obra de ficção. Finalizava com uma notícia que me dá algum gosto poder dizer. Lançamos há pouco tempo a plataforma do urbanismo online onde é permitido sem presença física, num balcão instruir e pedir requerimentos. Antes de vir para cá apurei o número e já recebemos quase 7 mil instruções de pedidos e requerimentos, o que é uma grande notícia. A cidade do Barreiro fica mais rápida mais ágil e é, sem dúvida, no âmbito da digitalização um marco que conseguimos implementar e continua a crescer,

portanto, iremos conseguir reduzir, pelo menos do urbanismo, a presença de pessoas no nosso Balcão Único e conseguimos dar uma resposta mais concreta em muito menos tempo, isto é o que gostava de partilhar com todos porque é um serviço que a Câmara Municipal tem os serviço de todos.

### **- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -**

Nos termos do disposto no art.º 49º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixou o Sr. Presidente um período de intervenção aberto ao público.

### **- ORDEM DO DIA -**

- 1. “ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO ARMAZÉM DE VÍVERES ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 1.050.000 (UM MILHÃO E CINQUENTA MIL EUROS)”.**

Considerando o resultado da consulta para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da empreitada de reabilitação do antigo armazém de víveres até ao montante máximo de € 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil euros).

Considerando a possibilidade de os Municípios contraírem empréstimos de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, de acordo com o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, alteração à Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

Considerando que o Município do Barreiro dispunha de uma margem de utilização da dívida total no final de março, no valor de € 10.910.022 e que, de acordo com a Lei n.º 35/2020 de 13 de agosto que altera os limites de endividamento dos Municípios nos anos de 2020 e 2021, esta margem passou a ser equivalente à margem bruta, que no final de março era de € 54.550.110 (sendo que este empréstimo não influenciará esta margem), conforme mapa demonstrativo, anexo à presente proposta;

Considerando que decorrido o prazo de audiência de prévia de acordo com os artigos 121.º e 122.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, nenhum concorrente se mostrou contrário à decisão do juri;

Considerando o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 32.º em conjugação com a alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Propõe-se:

1. Que seja aprovada a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da empreitada de reabilitação do antigo armazém de víveres até ao montante máximo de € 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil euros);

2. Que em consequência da consulta efetuada às Instituições de Crédito convidadas, e de acordo com a ata de abertura e apreciação de propostas em anexo, seja este financiamento adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, por uma taxa de juro equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,575%, considerando um floor de zero e nos restantes termos da proposta;
3. Que seja aprovada a respetiva minuta do contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos;
4. Que em conformidade com o prazo do empréstimo, seja aprovada a repartição de encargos por vários anos económicos;
5. Que após a aprovação pelo Executivo Camarário, a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal do Barreiro para efeitos de autorização da contratação do empréstimo nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º e do n.º 4 do mesmo artigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
6. Que após a autorização da Assembleia Municipal seja, o respetivo contrato assinado com a Caixa Geral de Depósitos, enviado ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia e obtenção do respetivo "visto".

**Aprovada por maioria com 4 votos a favor do PS, 4 votos contra da CDU, 1 abstenção do PSD e com voto de qualidade do Sr. Presidente** que passou a integrar a **Deliberação nº 142/2021**

*Os Vereadores da CDU, expressaram o seu sentido de voto de votar contra, dizendo sobre esta proposta é conhecida a sua opinião de que este não é um investimento prioritário, não é uma prioridade e já deram exemplos daquilo que seria uma prioridade de investimento. A adjudicação do empréstimo para o armazém de víveres vai ter o sentido de voto que sempre teve. No estado em que nos encontramos, perante a crise que vamos e estamos a atravessar, já recomendamos à Câmara algum zelo nos investimentos que não são prioritários para que se possamos ter alguma disponibilidade orçamental para poder ir mais longe naquilo que deveria ser uma prioridade nos apoios às empresas que estão com dificuldades e às famílias.*

2. **“ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA EXCLUSIVO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DO MOINHO DE MARÉ GRANDE – ALBURRICA””, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 993.299,35 (NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E NOVE EUROS E TRINTA E CINCO CÊNTIMOS).”**

Considerando o resultado da consulta para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da contrapartida nacional da empreitada de “Recuperação do Moinho de Maré Grande – Alburrica”, até ao montante máximo de € 993.299,35 (Novecentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e nove euros e trinta e cinco cêntimos);

Considerando o resultado da adjudicação da respetiva empreitada, pelo montante de € 1.790.074,26 acrescido de IVA;

Considerando que o investimento inicial desta empreitada foi alvo de candidatura aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) tendo ainda assegurado o montante de € 904.179,37;

Considerando a possibilidade de os Municípios contraírem empréstimos de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, de acordo com o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, alteração à Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

Considerando que este empréstimo não interfere no apuramento da dívida total do Município, conforme o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, alteração à Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro o qual define que para efeitos do apuramento da dívida total não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia;

Considerando que o Município do Barreiro disponha de uma margem de utilização da dívida total no final de março, no valor de € 10.910.022 e que, de acordo com a Lei n.º 35/2020 de 13 de agosto que altera os limites de endividamento dos Municípios nos anos de 2020 e 2021, esta margem passou a ser equivalente à margem bruta, que no final de março era de € 54.550.110 (sendo que este empréstimo não influenciará esta margem), conforme mapa demonstrativo, anexo à presente proposta;

Considerando que decorrido o prazo de audiência de prévia de acordo com os artigos 121.º e 122.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, nenhum concorrente se mostrou contrário à decisão do júri;

Considerando o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 32.º em conjugação com a alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Propõe-se:

1. Que seja aprovada a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da contrapartida nacional da "Recuperação do Moinho de Maré Grande – Alburrica", até ao montante máximo de € 993.299,35 (Novecentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e nove euros e trinta e cinco cêntimos), valor equivalente à diferença entre o montante da empreitada e o valor assegurado através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI);
2. Que em consequência da consulta efetuada às Instituições de Crédito convidadas, e de acordo com a ata de abertura e apreciação de propostas em anexo, seja este financiamento adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, por uma taxa de juro equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,575%, considerando um floor de zero e nos restantes termos da proposta;
3. Que seja aprovada a respetiva minuta do contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos;
4. Que em conformidade com o prazo do empréstimo, seja aprovada a repartição de encargos por vários anos económicos;
5. Que após a aprovação pelo Executivo Camarário, a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal do Barreiro para efeitos de autorização da contratação do empréstimo nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º e do n.º 4 do mesmo artigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
6. Que após a autorização da Assembleia Municipal seja, o respetivo contrato assinado com a Caixa Geral de Depósitos, enviado ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia e obtenção do respetivo "visto".

**Aprovada por maioria com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU que passou a integrar a Deliberação nº 143/2021**

**3. “ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E REGENERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO COM VISTA À CRIAÇÃO DE UMA STARTUP E ARRANJOS EXTERIORES ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE € 850.000 (OITOCENTOS E CINQUENTA MIL EUROS).”**

Considerando o resultado da consulta para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da empreitada de reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma StartUP e arranjos exteriores até ao montante máximo de € 850.000 (oitocentos e cinquenta mil euros).

Considerando a possibilidade de os Municípios contraírem empréstimos de médio e longo prazo para aplicação em investimentos, de acordo com o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, alteração à Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;

Considerando que o Município do Barreiro dispunha de uma margem de utilização da dívida total no final de março, no valor de € 10.910.022 e que, de acordo com a Lei n.º 35/2020 de 13 de agosto que altera os limites de endividamento dos Municípios nos anos de 2020 e 2021, esta margem passou a ser equivalente à margem bruta, que no final de março era de € 54.550.110 (sendo que este empréstimo não influenciará esta margem), conforme mapa demonstrativo, anexo à presente proposta;

Considerando que decorrido o prazo de audiência de prévia de acordo com os artigos 121.º e 122.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, nenhum concorrente se mostrou contrário à decisão do júri;

Considerando o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 32.º em conjugação com a alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do artigo, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Propõe-se:

1. Que seja aprovada a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para exclusivo financiamento da empreitada de reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma StartUP e arranjos exteriores até ao montante máximo de € 850.000 (oitocentos e cinquenta mil euros).
2. Que em consequência da consulta efetuada às Instituições de Crédito convidadas, e de acordo com a ata de abertura e apreciação de propostas em anexo, seja este financiamento adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, por uma taxa de juro equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,575%, considerando um floor de zero e nos restantes termos da proposta;
3. Que seja aprovada a respetiva minuta do contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos;

4. Que em conformidade com o prazo do empréstimo, seja aprovada a repartição de encargos por vários anos económicos;
5. Que após a aprovação pelo Executivo Camarário, a presente proposta seja enviada à Assembleia Municipal do Barreiro para efeitos de autorização da contratação do empréstimo nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º e do n.º 4 do mesmo artigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
6. Que após a autorização da Assembleia Municipal seja, o respetivo contrato assinado com a Caixa Geral de Depósitos, enviado ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia e obtenção do respetivo “visto”.

**Aprovada por maioria com 5 votos a favor PS e PSD e 4 votos contra da CDU com posterior apresentação de declaração de voto que passou a integrar a Deliberação nº 144/2021**

*Os Vereadores da CDU expressaram o sentido de voto de votar contra proposta de adjudicação do empréstimo de financiamento a médio e a longo prazo para o financiamento da StartUp. Também já é conhecida a nossa posição sobre esta matéria e embora não tenhamos nada de princípio relativamente à criação de uma incubadora de empresas no concelho, embora tenhamos dúvidas quanto àquilo que é escrito no preâmbulo do documento e sobre a ambição que se coloca nesta incubadora de empresas, de regenerar quase o tecido económico todo do Barreiro à conta desta incubadora, mas percebemos até a sua utilidade, não é uma questão que achamos em termos de opção errada, ao contrário do ponto nº 1, contudo, achamos que este não é um investimento prioritário para este ano, tendo em conta as mesmas razões que já fundamentamos, tendo em conta a crise económica que estamos a atravessar e a necessidade urgente de fazer face aos problemas das pessoas, das empresas em dificuldades e das famílias.*

#### **4. PROCESSO 1010/21 PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO.**

Maria Leonilde Santos Rocha Silva, com o NIF 163299013, identificada no processo mencionado, Concessionária da Banca 43 de Venda de Flores do Mercado Municipal 1º de Maio, sofreu danos na sua mercadoria, provocados pelas chuvas e infiltrações na cobertura do Mercado Municipal 1º de Maio.

Desta ocorrência, resultou um prejuízo no valor de € 43,55 (Quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos) do qual pretende ser indemnizada.

Analisada a ocorrência pelo Jurista da DJAG, foi por este emitido um parecer jurídico, cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais e, no qual, se conclui pelo pagamento do valor indemnizatório pedido e assim, consequentemente, deve o pedido ser deferido, com os legais efeitos, pagando-se à requerente a quantia de € 43,55 (Quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos) a título indemnizatório.

**Aprovada por unanimidade que passou a integrar a Deliberação nº 145/2021**

**5. EM-12-20 - EMPREITADA REFORMULAÇÃO DA MOBILIDADE URBANA E ESPAÇO PÚBLICO NA AV. DA LIBERDADE – APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES E TRABALHOS A MENOS.**

Tendo em consideração todo o teor e fundamentação descrita na informação técnica nº 5731, da DOME, datada de 13 de abril de 2021, que faz parte integrante desta proposta, proponho:

- a) Aprovação de trabalhos complementares de circunstâncias não previstas no valor de 42.584,02€;
- b) Aprovação trabalhos a menos no valor de 21.315,10€;
- c) Que se comunique à empresa adjudicatária e de fiscalização, a presente deliberação.

O compromisso financeiro para a Câmara resultante destes trabalhos é de 21.268,92€, acrescido do IVA.

Mais se informa que a empreitada em apreço, encontra-se incluída no Plano Plurianual de Atividades, devendo a sua rubrica ser reforçada na verba prevista para 2021, com a classificação orçamental 03.04.07.01.04.99 e GOP 05.001.2016/10.2.

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 146/2021**

**6. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “@TIVO2830”.**

A programação de “Fins-de-semana Desportivos”, existente há mais de 20 anos, consiste num conjunto de atividades desportivas de foro gratuito dirigidas à população em geral, como forma de proporcionar bem-estar físico e emocional, aliado à criação de hábitos de vida saudável.

Atualmente comporta poucas atividades dirigidas a uma população-alvo muito limitada, dadas as características das mesmas, pelo que se irá reformular o programa.

O Município do Barreiro tem investido nos últimos anos numa requalificação dos espaços públicos dotando-os de características que permitem a realização de várias atividades físicas e desportivas.

No sentido de acompanhar estas requalificações, através da rentabilização destes mesmos espaços e aumentado a oferta e a diversidade das atividades físicas e desportivas, atendendo a várias faixas etárias, surge o projeto @TIVO2830, que se divide em atividades anuais (janeiro a dezembro) e sazonais (maio a setembro).

Estas atividades desportivas, dirigidas à população em geral, serão realizadas em diversos locais do concelho do Barreiro, preferencialmente aos sábados e domingos, em diferentes horários, e desenvolvidas em parceria com algumas das entidades do Movimento Associativo Desportivo do Concelho.

Para a realização destas parcerias e com o intuito de suportar alguns dos custos envolvidos, a Câmara Municipal do Barreiro propõe ao abrigo do preceituado na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, “Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no

*âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” a atribuição dos seguintes subsídios:*

**Grupo Dramático e Recreativo “Os Leças” – 100,00€ (Cem euros)**

Centro de custos – 03113921

**Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1180 Escuteiros Marítimos – 180€ (Cento e oitenta euros)**

Centro de custos – 03107321

**Clube de Vela do Barreiro – 220€ (Duzentos e vinte euros)**

Centro de custos – 03106811

**Grupo Desportivo dos Ferroviários do Barreiro - 220€ (Duzentos e vinte euros)**

Centro de custos – 03112821

**Clube Naval Barreirense - 220€ (Duzentos e vinte euros)**

Centro de custos – 03107111

**Gasoline - Associação Cultural e Desportiva – 430,00€ (Quatrocentos e trinta euros)**

Centro de custos – 03110711

**Associação Portuguesa de Ciências de Combate - 220€ (Duzentos e vinte euros)**

Centro de custos – 03123411

**Grupo Desportivo Fabril do Barreiro - 380€ (Trezentos e oitenta euros)**

Centro de custos – 03113521

Esta verba tem cabimento nas seguintes rubricas 06.005.2007/94.1 e 06.02.04.05.01.08.01 do Orçamento.

**Aprovada por unanimidade que passou a integrar a Deliberação nº 147/2021**

## **7. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO BARREIRO – APROVAÇÃO DA NOVA COMPOSIÇÃO.**

A Deliberação de Câmara nº 363 de 2017 aprovou a composição do Conselho Municipal de Educação do Barreiro para o quadriénio 2017/2021, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41 de 2003, de 22 de agosto, pela declaração de retificação 13/2003, de 11 de outubro e pelo Decreto-Lei 72/2015, de 11 de maio.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 21 de 2019 de 30 de janeiro, na redação dos art.º 55º e seguintes, são reiteradas e complementadas as suas competências, alterando, igualmente, a sua composição, quer através da representatividade nomeada, quer através de eleição de membros. De acordo com o art.º 57º, integram o Conselho Municipal de Educação (CME), os seguintes elementos, desde que as estruturas representadas existam no município:

- a) O presidente da câmara municipal, que preside;
- b) O presidente da assembleia municipal;
- c) O vereador responsável pela educação;
- d) O presidente da junta de freguesia, eleito pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho;
- e) O representante do departamento governamental responsável pela área da educação;
- f) O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva;
- g) Os diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município.
- h) Um representante das instituições de ensino superior público;
- i) Um representante das instituições de ensino superior privado;
- j) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
- k) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
- l) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- m) Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
- n) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
- o) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;
- p) Um representante das associações de estudantes;
- q) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
- r) Um representante dos serviços públicos de saúde;
- s) Um representante dos serviços da segurança social;
- t) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
- u) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
- v) Um representante das forças de segurança;
- w) Um representante do conselho municipal da juventude.

Neste sentido, com o objetivo de formalizar a constituição do Conselho Municipal de Educação do Barreiro, de acordo com o imposto pelo Decreto-Lei nº 21/2019, foram realizados os contactos

necessários com as entidades parceiras, que não tinham assento no referido conselho antes do novo imperativo legal.

Assim, ao abrigo do art.º 58.º do Decreto-Lei em apreço, propõe-se que o executivo municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte constituição do Conselho Municipal de Educação do Barreiro. Esta composição é nominal e não há lugar a substituição dos elementos designados.

Presidente da Câmara Municipal – Frederico Rosa

Presidente da Assembleia municipal – André Pinotes

Vereadora da Educação – Sara Ferreira

Presidente da Junta de Freguesia – Carlos Raposinho

Representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Orlando Fragata

Representante da CCDR LVT – Tiago Cruz

Diretora do Agrupamento de Escolas de Santo António – Manuela Espadinha

Diretora do Agrupamento de Escolas de Santo André – Arlete Cruz

Diretora do Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva – Ana Paula Costa

Diretor do Agrupamento de Escolas de Casquilhos – Luís Rino

Diretor do Agrupamento de Escolas Álvaro Velho – Luís Latas

Diretora do Agrupamento de Escolas Augusto Cabrita – Mariana Alves

Diretora do Agrupamento de Escolas do Barreiro – Felicidade Alves

Representante das Instituições de Ensino Superior Público – Pedro Neto

Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público – Alfredo Afonso

Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Daniel Alves

Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública – Isabel Matos

Representante dos Conselhos Pedagógicos dos Agrupamentos:

de Escolas de Santo António – Carla Figueiredo

de Escolas de Santo André – Rosário Santos

de Escolas Alfredo da Silva – José Mariano Fonseca

de Escolas de Casquilhos – Helena Pereira

de Escolas Álvaro Velho – Maria José Menas

de Escolas Augusto Cabrita – Clara Ribeiro

de Escolas do Barreiro – Natália Tavares

Assim, ao abrigo do art.º 58.º do Decreto-Lei em apreço, propõe-se que o executivo municipal delibere

submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte constituição do Conselho Municipal de Educação do Barreiro. Esta composição é nominal e não há lugar a substituição dos elementos designados.

Presidente da Câmara Municipal – Frederico Rosa

Presidente da Assembleia municipal – André Pinotes

Vereadora da Educação – Sara Ferreira

Presidente da Junta de Freguesia – Carlos Raposinho

Representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Orlando Fragata

Representante da CCDR LVT – Tiago Cruz

Diretora do Agrupamento de Escolas de Santo António – Manuela Espadinha

Diretora do Agrupamento de Escolas de Santo André – Arlete Cruz

Diretora do Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva – Ana Paula Costa

Diretor do Agrupamento de Escolas de Casquilhos – Luís Rino

Diretor do Agrupamento de Escolas Álvaro Velho – Luís Latas

Diretora do Agrupamento de Escolas Augusto Cabrita – Mariana Alves

Diretora do Agrupamento de Escolas do Barreiro – Felicidade Alves

Representante das Instituições de Ensino Superior Público – Pedro Neto

Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público – Alfredo Afonso

Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Daniel Alves

Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública – Isabel Matos

Representante dos Conselhos Pedagógicos dos Agrupamentos:

de Escolas de Santo António – Carla Figueiredo

de Escolas de Santo André – Rosário Santos

de Escolas Alfredo da Silva – José Mariano Fonseca

de Escolas de Casquilhos – Helena Pereira

de Escolas Álvaro Velho – Maria José Menas

de Escolas Augusto Cabrita – Clara Ribeiro

de Escolas do Barreiro – Natália Tavares

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 148/2021**

**8. PRONÚNCIA SOBRE O PROJETO DE MAPA QUE CONTÉM OS VÁRIOS ELEMENTOS FINANCEIROS, OS RECURSOS HUMANOS, OS ACORDOS E PROTOCOLOS VIGENTES E O NÚMERO DE PROCESSOS FAMILIARES EM ACOMPANHAMENTO – COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR PARA O MUNICÍPIO – ART.º S 10º E 11º DO DECRETO-LEI Nº 55/2020, DE 12 DE AGOSTO.**

Considerando que:

- 1) O Município do Barreiro foi contactado pela Secretaria de Estado da Acção Social para se pronunciar sobre projeto de mapa (ver anexo I – projecto de mapa) que contém os elementos financeiros, os recursos humanos, os acordos e protocolos vigentes e o número de processos familiares em acompanhamento no município do Barreiro, a Câmara Municipal, no âmbito das competências a transferir para o Município referentes aos artigos 10º e 11º do Decreto-Lei nº 55/2020, de 12 de agosto;
- 2) A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais;
- 3) As alíneas da legislação supramencionada referem que é da competência dos órgãos municipais:
  - a) *Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;*
  - e) *Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;*
- 4) A Portaria n.º 65/2021, de 17 de março estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- 5) Encontramo-nos perante duas competências bastantes exigentes do ponto de vista processual, de ação contínua, requerendo, no caso do SAAS, uma intervenção prioritária, na maioria das vezes;
- 6) Estas competências configuram um novo paradigma e novos desafios na ação das Autarquias, a vários níveis (organizativos, de segurança, instalações, recursos humanos, etc), independentemente destas poderem contratualizar estas competências com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas ou as assumirem para si próprias.

Implicam, assim, um acompanhamento próximo e contínuo e o criar condições para sua implementação e execução;

Considerando ainda que:

- 7) O mapa não considera o financiamento de instalações e equipamentos para o funcionamento e execução das ações inerentes a essas competências.
- a. A Portaria do SAAS (nº 63/2021, de 17 de março) refere: "Compete à câmara municipal o acompanhamento das condições de organização e de funcionamento do SAAS, devendo providenciar os instrumentos e os meios adequados". Trata-se de encargos acrescidos para as Autarquias ou IPSS (conforme a modalidade que se seguir) para os quais não são associados financiamento respetivo, e que as autarquias ou IPSS, com o apoio daquelas, terão que necessariamente assumir;
- 8) O valor mencionado no mapa, no que concerne, aos subsídios eventuais a atribuir aos indivíduos/agregados, é um valor fixo e, por conseguinte, não contempla a atualização deste em virtude de um eventual aumento de solicitações e das prestações a atribuir. Esta tendência é, atualmente, uma realidade nos serviços de Ação Social, que deve ser também tomada em consideração no processo de transferência de competências para a autarquia.
- 9) No atual contexto atual de pandemia que vivemos e tendo em consideração as suas consequências, que perdurarão no futuro próximo, o pacote financeiro a transferir no âmbito da atribuição de prestações de carácter eventual reveste-se de particular pertinência.
  - a. Perante a incerteza presente os valores apresentados poderão ser insuficientes, quer quanto aos subsídios pontuais, com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, quer quanto aos apoios económicos que são solicitados no âmbito dos Protocolos de Acompanhamento da Medida de RSI.
  - b. É fundamental que seja do conhecimento da autarquia a forma e os critérios de atualização deste financiamento, com vista a um financiamento justo e equilibrado, que possa assegurar e corresponder a expectáveis oscilações.
- 10) O mapa é omissivo quanto ao financiamento para Coordenação, para a qual necessariamente terá que existir afetação de recursos humanos, sobretudo para as competências do SAAS e dos Acordos de Inserção. Note-se que, ainda que no caso dos Acordos de Inserção, ao abrigo da Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, a coordenação do Núcleo Local de Inserção compita ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador/a com competência delegada no domínio da ação social, esta é uma função com uma grande componente técnica que requer o apoio de recursos humanos extra.

- 11) A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, no seu art.º 11º, refere que *“A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por técnicos com formação superior nas áreas de ciência sociais ou humanidades, organizada em função das especificidades da intervenção e de acordo com referenciais médios do número de pessoas e famílias atendidas e ou acompanhadas.”* Neste âmbito, o Mapa enviado não informa qual é o referencial médio (nº) de pessoas e famílias a atender e ou acompanhar, por técnico, para se perceber o número de RH necessários a afetar a essas equipas multidisciplinares e calcular os respetivos custos que estão em causa. O Mapa enviado apenas refere que a afetação é de 1,5 no que diz respeito aos recursos humanos a afetar à autarquia, sendo esta uma situação que consideramos insuficiente uma vez que, atualmente, no concelho do Barreiro, estão três técnicos e um administrativo da Segurança Social afetos ao exercício das mencionadas competências.
- 12) No que se refere aos Protocolos, previstos no mapa, designadamente às Equipas de Protocolo de RSI (atualmente duas), se, por um lado, os valores que constam no mapa estão em conformidade com o que atualmente as duas entidades com Protocolo estão a receber por parte da Segurança Social; por outro lado, esses mesmos Protocolos em vigor não acompanham, em termos de financiamento e RH, a realidade atual existente do número de processos familiares em acompanhamento. O Mapa refere que são 980 processos, mas tanto quanto é do conhecimento dos serviços da CMB, tal não corresponde à realidade.
- a. A título de exemplo, uma das Equipas de Protocolo de RSI, atualmente existente, tem acordo em vigor para o acompanhamento apenas de 750 processos familiares. Mas, em 31 de dezembro de 2020, só esta Equipa de Protocolo ultrapassava já os 900 processos familiares em acompanhamento.
- b. Mesmo com a margem de 10 %, prevista nos protocolos assinados, o nº de processos familiares em acompanhamento ultrapassa significativamente o protocolado com a Segurança Social.
- c. Esta realidade atual dos dois Protocolos em vigor, bem como o contexto social que se vive, poderá num futuro próximo, colocar a necessidade de aumentar o número de técnicos gestores de processo e de ajudantes de ação direta, ou inclusive reconfigurar as Equipas de Protocolo de RSI territorialmente, face a um previsível aumento do número de beneficiários de RSI.
- d. Importa, assim, que o Mapa explicita, também, os rácios médios de técnicos e ajudantes de ação direta por número de acordos de inserção celebrados.
- e. Por outro lado, note-se que no âmbito dos Protocolos em vigor, a Segurança Social, para além do financiamento das Equipas de Protocolo, transfere para cada entidade 6,00€ por cada processo familiar detido pelas Equipas de Protocolo, para despesas de funcionamento. Não obstante, na verba que cada uma das entidades protocoladas recebe da Segurança Social, não está contemplado o pagamento das diuturnidades dos trabalhadores afetos aos protocolos, sendo este um encargo que as entidades estão a suportar.

- f. Face ao atrás exemplificado, de um número de processos familiares superior ao que se encontra atualmente em vigor, poder-se-á concluir que a verba prevista no mapa para os Protocolos RSI (569.782,68€/ano) está sub-orçamentada.

Face a tudo o que antecede, propõe-se que a Câmara Municipal do Barreiro se pronuncie no sentido de:

- 1) Rejeitar o projeto de mapa apresentado pela Secretaria de Estado da Ação Social;
- 2) Propor à Tutela que considere e refaça o mapa em apreciação contemplando os aspetos e valores constantes do corpo da presente proposta.

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 149/2021**

**9. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA TRANSMISSÃO A TÍTULO ONEROSO DO IMÓVEL SITO NO LARGO LUIS DE CAMÕES, Nº 9, 11 E 13-UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIRO E LAVRADIO – PF/2021/1.**

Face ao exposto na informação n.º 7/2021 da DGRRUL, que faz parte integrante desta proposta, informamos que:

- Trata-se de um prédio urbano com 1 edifício de 2 pisos (rés-do-chão e primeiro andar, para habitação e quintal), implantado num lote de terreno com frente para o Largo Luis de Camões, tendo uma área coberta de 61,89 m<sup>2</sup>, e uma área descoberta de 63,25 m<sup>2</sup>, sendo o atual regime de ocupação do imóvel: *arrendamento*.

- Na deslocação ao local verificou-se pela observação exterior do imóvel, que o mesmo se apresenta, no geral, em estado de conservação médio, necessitando de algumas obras de reabilitação e pintura.

- O valor da transação proposto é de 130.000,00 € (1.050,25 €/m<sup>2</sup> de área coberta total – 61,89m<sup>2</sup> x 2 pisos=123,78m<sup>2</sup>).

- Segundo diversos estudos e inquéritos realizados ao património arquitetónico e urbanístico, verificou-se que os mesmos não possuem valor arquitetónico intrínseco assinalável nem lhes são prescritos critérios de proteção ou valorização específicos, ou sequer preservação de fachadas.

Pelo exposto, propõe-se que o executivo camarário delibere não exercer o direito de preferência na transmissão a título oneroso sobre o prédio supra identificado.

**Aprovada por maioria com 4 votos a favor do PS e 5 abstenções do PSD e CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 150/2021**

## **10. CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BARREIRO XXI E APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS.**

A 2 de fevereiro de 2021 foi consignada a empreitada STARTUP, pelo valor de € 724 999,05 com vista à recuperação e requalificação da antiga fábrica de refinação de azeite, da extinta Companhia União Fabril – CUF.

Com esta nova obra, a Câmara Municipal do Barreiro visa dar um contributo para promoção do empreendedorismo e investimento no nosso concelho e, simultaneamente, contribuir para a criação de sinergias entre várias instituições, potenciando a criação de dinâmicas económicas e sociais importantes para a geração de dinâmicas hoje inexistentes.

A StartUp Barreiro é, também, um elemento essencial da estratégia municipal para a dinamização económica do concelho, sob o eixo das oportunidades, somando-se ao regulamento de incentivos, que já tem despertado o interesse de investidores para o Barreiro.

A StartUp, constitui mais um caminho que cria condições para a refuncionalização do território da Baía do Tejo, a medio e longo prazo, na medida em que constitui um suporte ao empreendedorismo no Barreiro, cujos resultados do sucesso terão acolhimento no território da Baía do Tejo, potenciando postos de trabalho, sinergias com outras empresas, eventuais clusters empresariais e económicos, bem como geração de emprego de proximidade e fixação de pessoas no Barreiro.

Para que este cenário seja uma realidade, torna-se necessária uma gestão direcionada e vocacionada para a articulação dos interesses de empreendedores, avaliação dos projetos e articulação com futuros parceiros, sendo necessário uma estrutura que não esteja sujeita à atividade diária da autarquia, cujos temas e preocupações não podem nem devem, perturbar o foco da gestão da StartUp.

Desta forma, o executivo propõe a criação de uma Associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, e que terá a designação social de “*Barreiro XXI – Empreendedorismo e Investimento*”, (doravante designada *Barreiro XXI*), a qual se regerá pelos Estatutos, que se encontram anexos à presente proposta, e, subsidiariamente, pela legislação aplicável.

A BARREIRO XXI, terá a sua sede nos Paços do Concelho, em Rua Miguel Bombarda, 2830-355 Barreiro.

A BARREIRO XXI, terá como fim contribuir e apoiar, por todos os meios adequados, o desenvolvimento económico no Município do Barreiro, através da promoção do empreendedorismo, apoio ao desenvolvimento empresarial, inovação e incentivo ao tecido empresarial local, e atração e incremento do investimento no concelho.

Com vista à concretização do seu objeto social a BARREIRO XXI, propor-se-á desenvolver as seguintes atividades:

- a) Desenhar, implementar e dinamizar a incubadora de negócios StartUP Barreiro;

- b) Dinamizar programas de empreendedorismo;
- c) Implementar programas de empreendedorismo nas escolas;
- d) Implementar programas de apoio a todos os empreendedores locais, com enfoque nos jovens empreendedores que se queiram fixar no território;
- e) Promover concursos de ideias sobre comércio e empreendedorismo;
- f) Promover ações de informação e de formação sobre comércio e empreendedorismo;
- g) Implementar programas de apoio às PME;
- h) Implementar programas de apoio aos comerciantes;
- i) Organizar iniciativas de apoio ao comércio local, nomeadamente, realizar mercados;
- j) Organizar seminários, conferências, visitas de estudo e outras atividades similares;
- k) Marcar presença em feiras nacionais e internacionais;
- l) Definir políticas de apoio aos empreendedores, empresários locais e PME;
- m) Promover a inovação e a valorização das atividades económicas locais;
- n) Implementar medidas de captação de investimento.
- o) Promover a imagem do Município do Barreiro, enfatizando as suas potencialidades e incentivando o investimento;
- p) Desenvolver ações que, pela sua natureza, concorram para a promoção nacional e internacional da imagem do Barreiro como um Município competitivo e de excelência para os investidores.

São associados fundadores da BARREIRO XXI, o Município do Barreiro, a Baía do Tejo, S.A, o Instituto Politécnico de Setúbal, a AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, a AISET – Associação da Indústria da Península de Setúbal e a S.Energia - Agencia Regional de Energia.

Pelo exposto, propõe-se que o executivo municipal delibere aprovar:

- i) **A Constituição da Associação “Barreiro XXI – Empreendedorismo e Investimento”**  
Os respetivos estatutos.

**Aprovada por maioria com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 151/2021**

#### **11. ABERTURA DE 5 MERCADOS MUNICIPAIS (25 DE ABRIL, LAVRADIO, COINA, SANTO ANDRÉ E LEVANTE DO BARREIRO) NO FERIADO, DIA 1 DE MAIO DE 2021.**

Face ao exposto nas informações n.ºs 10700 de 30/03/2021, 12493 de 13/04/2021, 12695 de 14/04/2021, 12736 de 14/04/2021 e 12930 de 15/04/2021, do Gabinete de Inovação Desenvolvimento Económico e Turismo-Mercados, que se anexam, propõe-se a abertura de 5 Mercados Municipais (25 de Abril, Lavradio, Coina, Santo André e Levante do Barreiro) no feriado, dia 1 de maio de 2021 (sábado), ao abrigo do Artigo 27º, ponto 4, do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais:

*“4 – Poderá a Câmara proceder a alterações nos horários de funcionamento dos MRM, ou determinar a fixação de horários específicos para cada mercado, de acordo com o nº 1.”*

Nestes termos, propõe-se que o Executivo Camarário delibere aprovar a presente proposta, a título excecional, tendo em atenção o contexto extraordinário que se vive, devido à pandemia causada pelo SarsCov2.

**Aprovada por maioria com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU com apresentação de declaração de voto pelos Vereadores da CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 152/2021**

*O carácter excecional provocado pelo COVID indicado na deliberação, que é secundado pela exceção da anterior deliberação na última sessão de câmara, de autorização de abertura do Mercado 1º de Maio agora extensível também aos outros mercados municipais do concelho, vem igualmente criar um quadro excecional para os trabalhadores da autarquia afetos ao serviço dos mercados municipais, impossibilitando o gozo do dia que lhe é dedicado com valores significativos para os trabalhadores ao nível do concelho, nacional e internacional.*

*Sendo uma situação difícil e compreendendo as razões dos concessionários dos mercados municipais, que à semelhança de outros comerciantes do concelho têm perdido receitas, não podemos deixar passar em claro que esta data no concelho do Barreiro sempre se pautou pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo pleno direito de comemoração do 1º de Maio, neste caso colocado particularmente em causa para os trabalhadores afetos ao serviço dos mercados municipais.*

*Os vereadores da CDU têm proposto, ao longo deste tempo de pandemia, várias medidas de apoio à economia local, onde se incluem naturalmente os concessionários dos mercados municipais, medidas essas de apoio à reabertura faseada dos mercados, alteração de horários, apoio nas despesas com rendas e compensação por perdas de receitas, apoios que não temos informação sobre a sua aplicabilidade, a sua quantificação e quanto e quando chegou de facto ao bolso dos concessionários.*

*Pensamos que as medidas de apoio até aqui aprovadas pela Câmara Municipal, tem ficado muito aquém daquilo que a autarquia poderia promover junto dos concessionários dos mercados, ajudando-os a minimizar os impactos negativos nas vendas.*

*Por outro lado, espera-se que esta decisão tenha sido previamente conversada e acordada com todos os trabalhadores afetos ao serviço dos mercados, pensamos que deviam ter sido previamente estudadas medidas alternativas, evitando que esta data no concelho seja desvalorizada nos seus reais objetivos de permitir que a sociedade se solidarize com todos os trabalhadores do concelho, do país e do mundo.*

*A votação dos Vereadores da CDU de abstenção traduz em primeira linha, uma chamada de atenção ao órgão Câmara Municipal de que são necessárias medidas concretas de apoio aos concessionários municipais que se fossem aplicadas podiam não ter colocado em causa a comemoração deste Dia Internacional do Trabalhador.*

## **12. ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AO AGRUPAMENTO 1180 SANTA CRUZ – BARREIRO.**

Face ao exposto no pedido efetuado pelo Agrupamento 1180 Stª Cruz – Barreiro, em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, propõe-se a atribuição de subsídio, no valor de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), para apoio às despesas de transportes no âmbito das atividades de campo.

Esta proposta tem cabimento na rubrica:

PA: 0606 4050 10801

S/GOP

C.C.: 05 130 506

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 153/2021**

### **13. REGULAMENTO - CARTÃO MUNICIPAL FAMÍLIAS NUMEROSAS – INÍCIO DO PROCEDIMENTO**

Considerando que:

A Câmara Municipal do Barreiro, no âmbito do Gabinete de Apoio à Família e à Criança, tem vindo a desenvolver iniciativas que visam promover a qualidade de vida e o bem-estar social das famílias do Concelho, tornando o Barreiro uma cidade mais amiga das crianças e das famílias;

As famílias numerosas assumem especial relevância no equilíbrio e renovação geracional da sociedade, sobretudo se considerarmos que o Barreiro é ainda um dos Concelhos com menor taxa de natalidade;

O Cartão Municipal Família Numerosa, surge com o objetivo de alargar e diversificar os benefícios e apoios a conceder às famílias numerosas, por entidades públicas e privadas, apoiando e dinamizando simultaneamente os agentes económicos locais que através de parcerias a estabelecer com o Município adiram a este Projeto.

Para efeitos de atribuição deste cartão, consideram-se famílias numerosas, as famílias compostas por três ou mais filhos a cargo e que residam no concelho do Barreiro.

Com o objetivo de diversificar as respostas existentes ao nível do Município, propõe-se dar início ao procedimento para regulamentação do Cartão Municipal Família Numerosa.

Neste sentido e nos termos das disposições conjugadas dos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, al. k) do nº 1 do artigo 33º, al. g) do nº 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e, do art.º 135º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

- a) Dar início ao procedimento do Regulamento do Cartão Municipal Família Numerosa;
- b) Que a constituição de interessados na participação procedimental, mediante a apresentação de contributos e sugestões, tenham lugar através do envio de sugestões e propostas para o Regulamento para o email [gafc@cm-barreiro.pt](mailto:gafc@cm-barreiro.pt) no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da publicação da presente deliberação no sítio do Município do Barreiro, em conformidade com o previsto no art.º 135º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro (CPA);
- c) Que, nos termos do disposto no artigo 101º do CPA, não havendo constituição de interessados ou contributos e sugestões, se proceda no imediato à consulta pública do referido documento pelo prazo de 30 dias úteis, volvidos os quais o documento será submetido, com as sugestões incorporadas, a reunião de câmara para aprovação final, sendo logo após submetido à aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o previsto na alínea ccc) do nº 1, do artigo 33º e alínea g), do nº 1 do artigo 25º do Anexo I ao Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de agosto;
- d) Que se publicite o início do procedimento nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, na internet no sítio do Município do Barreiro e afixação de Edital nos locais de estilo, com vista à constituição e participação de interessados.

#### **Proposta retirada**

### **14. CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA EM PONTOS CRÍTICOS DO CONCELHO.**

A Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39-A/2205, de 29 de Julho e pela Lei n.º 9/2012, de 23 de Fevereiro, regula a utilização de câmaras de vídeo em locais públicos de utilização comum pelas forças e serviços de segurança definindo, no seu artigo 2.º como fins ou objetivos dos sistemas de videovigilância a proteção de edifícios e instalações públicos e respetivos acessos, a

proteção de instalações com interesse para a defesa e a segurança, a proteção da segurança das pessoas e bens, públicos ou privados, e prevenção da prática de factos qualificados pela lei como crimes, em locais que exista razoável risco da sua ocorrência, prevenção e repressão de infrações estradais, prevenção de atos terroristas e proteção florestal e deteção de incêndios florestais.

Assim, em articulação com os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade, os sistemas de videovigilância constituem uma valiosa ferramenta e instrumento complementar da atividade policial preventiva, com um forte efeito dissuasor na prática de determinados ilícitos criminais, mas também atos de vandalismo, contribuindo para a melhoria do sentimento de segurança por parte das populações abrangidas por estes sistemas.

A ser implementado no concelho do Barreiro, e a exemplo do que se tem verificado em muitos outros municípios do país, o sistema de videovigilância irá incidir sobre os pontos considerados mais críticos a fim de garantir mais condições de segurança à população.

Com esta medida, pretende-se prevenir e combater a criminalidade e restaurar o sentimento de segurança em zonas consideradas mais propensas à existência de crimes, como por exemplo no túnel da Rua Miguel Bombarda, no Barreiro Velho, nas zonas de diversão noturnas e no Parque da Cidade. Mas, também, prevenir e combater a criminalidade em locais com população mais vulnerável, como por exemplo nas imediações das escolas.

Sendo certo que cada vez mais se afigura como sendo uma medida de prevenção necessária atenta a escalada da criminalidade no concelho. Resulta evidente um aumento do sentimento de impunidade por parte de quem pratica os ilícitos, nomeadamente os que revestem a natureza de crime. Mas há, também, na comunidade em geral uma maior perceção de que aquela criminalidade passa impune e que nem sempre é feita Justiça.

A instalação destas câmaras tem, também, um efeito dissuasor porquanto fomenta a consciência de que a ser cometido um ilícito, seja um crime ou ato de vandalismo, a probabilidade de identificação do infrator é bem maior. Isto contribui para uma diminuição do sentimento de insegurança do cidadão em geral e consequentemente para a manutenção da Ordem social.

Esta proposta insere-se num conjunto de contributos apresentados pelo PSD, que tem como objetivo tornar o Barreiro uma terra mais justa e mais segura, combatendo de forma eficaz a criminalidade.

Deste modo, pretende-se que a Câmara Municipal do Barreiro inicie o processo da criação da videovigilância nas zonas críticas do concelho, que deverão ser identificadas em estreita colaboração com as forças de segurança.

Proponho, que a presente proposta seja aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Proposta reprovada com 1 voto a favor do PSD, 4 abstenções do PS e 4 votos contra da CDU que passou a integrar a Deliberação nº 154/2021**

## **15. SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL.**

**25 de Abril 1974**

**Que Viva Abril**

Portugal comemora o 47º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974, a Revolução dos "Cravos". Este dia do heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) seguido por um levantamento popular, haveria de mudar o rumo do nosso país pondo fim a 48 anos de ditadura

fascista, afirmando Portugal como um Estado soberano, livre e democrático. Este dia é também a história de luta e de resistência em que o eixo central era a defesa dos interesses e reivindicações do povo português, às quais o Concelho do Barreiro está profundamente ligado. A luta pela liberdade, pela democracia e pela independência nacional. A luta que se desenvolveu em várias frentes, nomeadamente contra a guerra colonial e na dinamização e unidade de forças democráticas contra a ditadura.

A história do Barreiro, da resistência ao "Estado Novo", da luta pela liberdade, pela democracia e pela paz, estará sempre ligada à comemoração desta data. No País e no Concelho do Barreiro, a Revolução 25 de Abril assume uma enorme importância, assume um momento maior de luta contra o regime fascista e, como em tantos outros momentos, os Barreirenses marcaram com a sua presença, com todas as consequências que daí advieram para muitos barreirenses e para a nossa comunidade.

O papel dos Barreirenses na história do País tem sido um papel ativo na valorização e na defesa da liberdade, na promoção da educação para a democracia, na abordagem de uma vida participada, associativa, colaborativa, multidisciplinar e cidadã nos processos históricos e sociais do concelho e do País, factos que marcaram este território e as suas gentes desde muito cedo na resistência ao fascismo. Essa abordagem associativa e participativa contribuiu para a humanização e a unidade perante as dificuldades, contribuiu para o estreitar de laços mais fortes na comunidade. Ainda assim, depois de passados estes anos sobre Revolução do 25 de Abril, defender a liberdade poderá ser sempre um trabalho necessário e possível, com o envolvimento de todos, de dentro e de fora do Barreiro e de todos os que se interessam pela liberdade e democracia.

Continuar a aprofundar o conhecimento, aprofundar valores, refletir este facto histórico que foi o 25 de Abril extravasa manifestamente as fronteiras do Barreiro, este constitui um património comum aos portugueses e, particularmente, de todos os que hoje continuam a inscrever nas suas opções de vida a defesa da democracia, o desenvolvimento do País, a emancipação cultural e económica do povo português.

Aquele tempo de opressão, mas também de heroísmo e resistência, precisamos de ter hoje, como naquele tempo a mesma combatividade e resistência. Na Europa e no Mundo, assiste-se ao avanço de forças e ideologias de conteúdos sociais e políticos que podem pôr em causa as conquistas de civilização que encontramos e ganhámos com o 25 de Abril. Será preciso persistência, educação das novas gerações de que é preciso defender com firmeza os valores de Abril para não colocar em causa a democracia e a liberdade, essa que em 1975 e antes disso, tantos portugueses ansiaram e tiveram a ousadia de a saber conquistar - a liberdade.

A todos os barreirenses, a todos os portugueses, a todos os democratas, a todos os trabalhadores um agradecimento especial por estarmos hoje em liberdade a comemorar esta data de Abril e que os seus valores estejam presentes na nossa vida e o saibamos transmitir às futuras gerações.

"Que não mais encerre as portas que Abril abriu". Defendamos o 25 de Abril, a Liberdade e a Democracia!

A Câmara Municipal do Barreiro, reunida a 21 de Abril de 2021 delibera:

Saudar o 25 de Abril e apelar à população do Concelho do Barreiro a aderir às comemorações do 47.º aniversário do 25 de Abril.

Atendendo ao momento que vivemos, comemorar em segurança e de acordo com as indicações sanitárias emanadas pelas entidades competentes.

Não deixemos de Cantar a "Grândola, Vila Morena" e o Hino Nacional, estejamos nós onde estivermos. Viva o 25 de Abril!

**Aprovada por unanimidade que passou a integrar a Deliberação nº 155/2021**

## **16. SAUDAÇÃO DIA 1º DE MAIO DIA DO TRABALHADOR.**

Há mais de cem anos, o Dia do Trabalhador é uma referência histórica, é uma data que assinala as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. Centenas de milhar de operários em Chicago pararam fábricas, foram para as ruas conscientes da necessidade de humanização do trabalho. Iniciaram luta justa e foram brutalmente reprimidos, dezenas de mortos e centenas de feridos e dirigentes sindicais foram enforcados e outros condenados a penas perpétua.

Que perigosas exigências faziam esses trabalhadores aos seus patrões e aos seus governos? Oito horas! Oito horas para trabalhar, oito horas para descansar, oito horas para o lazer, para cultura e educação, para a vida familiar a que tem direito? A violenta repressão que lhes foi infligida associada à justeza das suas reivindicações, os reflexos ao nível internacional determinaram a declaração do dia 1 de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, muitas lutas se sucederam a este episódio histórico de repressão. Lutas que continuam a fazer-se, os trabalhadores são parte maior do motor da transformação da sociedade e de criação de riqueza e é-lhes devido melhores condições de vida, melhores direitos sociais, políticos e sindicais.

Celebrar o 1 de Maio é celebrar a capacidade de luta e de intervenção de milhares de trabalhadores que vão influenciando com a sua força de trabalho a correlação de forças dos órgãos do poder, tentando reforçar e conquistar direitos fundamentais, clamando medidas de combate à precariedade, de regulação de horários de trabalho, de aumentos de salário, aumento de reformas e progressão das carreiras, exemplos entre muitos que indicam que as lutas são necessárias e fazem sentido.

No quadro de pandemia Covid, os trabalhadores não têm a vida facilitada. Verificam-se despedimentos na sua maioria com vínculos precários. Verifica-se redução de horários de trabalho ou suspensão de contratos de trabalho por layoff ou por outro mecanismo, traduzindo-se num flagelo que fragiliza ainda mais a vida dos trabalhadores e seus familiares, promove a instabilidade, a desregulação de horários de trabalho e redução de salários.

Os trabalhadores da linha da frente da resposta à crise sanitária e nos setores que mantêm a atividade, são fustigados pela intensificação de ritmos de trabalho, estão esgotados fisicamente, estão com uma pressão crescente que se acumula com as necessidades familiares e direitos e necessidades das crianças e idosos.

Nesta saudação deixamos a nossa solidariedade a todos os trabalhadores do país, em particular do Concelho do Barreiro, com particular relevo para todos aqueles que neste quadro de pandemia desempenham as suas funções com profissionalismo, zelam pelo bem-estar de todos nós e pelo restabelecimento normal da vida em sociedade.

Saudar os trabalhadores da Saúde, Auxiliares de Ação Médica, Empregadas da Limpeza e, dos Refeitórios, Assistentes Administrativos, de Segurança, Técnicos de Diagnóstico, Bombeiros, Forças de Segurança, Enfermeiros e Médicos que no Serviço Nacional de Saúde se batem todos os dias para procurar tratar da melhor forma todos aqueles que procuram os centros de saúde e os hospitais públicos.

Saudar todos que apesar de só ganharem o salário mínimo nacional, todos os dias efetuam a recolha e a limpeza de resíduos sólidos urbanos, águas, saneamento e garantem as condições de salubridade nos concelhos.

Saudar todos os que contribuem para o transporte das populações e mercadorias garantindo desta forma a deslocação de bens e pessoas, sejam trabalhadores dos portos fluviais, do sector rodoviário, sector ferroviário e aeroportuário e ainda os trabalhadores dos correios e das telecomunicações, bem como todos os profissionais da comunicação social.

Saudar todos os trabalhadores da grande distribuição, do comércio, da agricultura, das pescas, do fabrico de pão, da agroindústria, da energia produção, distribuição e abastecimento de água, gás, eletricidade e combustíveis.

Saudar todos os trabalhadores da limpeza e da vigilância pelo seu abnegado desempenho, bem como as forças de segurança, da educação, da segurança social, da autoridade para as condições de trabalho garantindo o serviço público.

Os trabalhadores têm um papel determinante e essencial e o País devia retribuir-lhes com melhores salários, horários e criação de melhores condições sociais e familiares.

A Câmara Municipal do Barreiro, na reunião de 21 de abril de 2021 delibera:

Saudar todos os trabalhadores do Concelho, em particular os trabalhadores das autarquias do Concelho do Barreiro, bem como as suas organizações sindicais pelo seu contributo e pela luta que fazem com vista a alcançar uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

Saudar todos os demais trabalhadores que lutando em Portugal e em países onde ainda não são reconhecidos os mais básicos direitos laborais, prosseguem com esforço e determinação a luta pela liberdade, democracia, paz e pelos seus direitos sociais, sindicais e políticos.

A Câmara Municipal apela à população e aos trabalhadores do Concelho do Barreiro a participar nas comemorações do 1º de Maio, promovidas pelo movimento sindical unitário.

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 156/2021**

#### **17. SAUDAÇÃO À ESCOLA DE FUZILEIROS NAVAIS.**

**400º Aniversário  
Corpo de Fuzileiros  
Escola de Fuzileiros Navais**

Durante todo o ano de 2021, decorrem as comemorações do 400º aniversário da criação do terço da Armada da Coroa de Portugal em que os Fuzileiros são seus legítimos descendentes. O Corpo de Fuzileiros assinala no dia 18 de abril de 2021, esta data histórica que deu origem aos atuais Fuzileiros.

A Escola de Fuzileiros Navais que desde sempre teve e tem uma relação de afecto, de respeito, de consideração e solidariedade para com a população barreirense, com a Câmara Municipal, ao qual não podemos ficar indiferentes e devemos saudar e valorizar.

Valorizamos a Escola dos Fuzileiros Navais pelas iniciativas em conjunto com o Centro de Educação Ambiental destinadas a preservar, dinamizar e valorizar o ambiente, valorizamos a sua participação calorosa no projeto do Dia B, valorizamos o seu papel na dinâmica e história do Concelho, em todas as ações e iniciativas que estiveram e estão presentes junto dos funcionários municipais, das freguesias e de todos os barreirenses.

As forças armadas são um elemento central na defesa da soberania e da independência nacional e na madrugada do 25 de Abril, as Forças Armadas e a Marinha, mostraram estar à altura dos valores de democracia que muito dizem às gentes barreirenses e é com um sentimento mútuo de saudação e de respeito que muito nos honra ter no Concelho do Barreiro o monumento alusivo ao Fuzileiro onde consta a frase: “Os Fuzileiros saúdam o Barreiro e Portugal”.

Esta laboriosa cidade do Barreiro, envia calorosas Saudações à Escola dos Fuzileiros Navais, aos seus representantes e a todos os “nossos” Fuzileiros pela Comemoração do 400º aniversário.

**Aprovada por unanimidade** que passou a integrar a **Deliberação nº 157/2021**

**- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-**

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 01/09/2021 , vai por mim ser assinada, Susana Teixeira, assistente técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente

A Secretária

---

(Frederico Rosa)

---

(Susana Teixeira)

**- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-**

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 01/09/2021, vai por mim ser assinada, Susana Teixeira, assistente técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

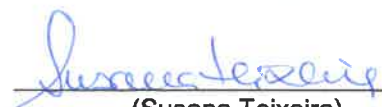
O Presidente



---

(Frederico Rosa)

A Secretária



---

(Susana Teixeira)

